



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Coordenação de Ciências Humanas
Centro de Pinheiro

Wallisson Marcelo Sousa Pereira

**GOVERNANÇA TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DOS ARRANJOS PRODUTIVOS
LOCAIS NA BAIXADA E LITORAL OCIDENTAL MARANHENSE**

Pinheiro

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Coordenação de Ciências Humanas
Centro de Pinheiro

Wallisson Marcelo Sousa Pereira

**GOVERNANÇA TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DOS ARRANJOS PRODUTIVOS
LOCAIS NA BAIXADA E LITORAL OCIDENTAL MARANHENSE**

Monografia apresentada à Coordenação de Licenciatura em Ciências Humanas do Centro de Pinheiro, da Universidade Federal do Maranhão, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado(a) em Ciências Humanas – Habilitação História.
Orientador(a): Prof. Dra. Fernanda Cunha de Carvalho

Pinheiro

2021

Pereira, Wallisson Marcelo Sousa.

Governança Territorial : Uma análise dos Arranjos
Produtivos Locais na Baixada e Litoral Ocidental
Maranhense / Wallisson Marcelo Sousa Pereira. - 2021.
70 f.

Orientador(a): Fernanda Cunha de Carvalho.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -
História, Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro,
2021.

1. Desenvolvimento Produtivo Local. 2. Governança
Territorial. 3. Maranhão. I. Carvalho, Fernanda Cunha
de. II. Título.

Wallisson Marcelo Sousa Pereira

**GOVERNANÇA TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DOS ARRANJOS PRODUTIVOS
LOCAIS NA BAIXADA E LITORAL OCIDENTAL MARANHENSE**

Monografia apresentada à Coordenação de Licenciatura em Ciências Humanas do Centro de Pinheiro, da Universidade Federal do Maranhão, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado(a) em Ciências Humanas – Habilitação História.

Aprovada em : / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Fernanda Cunha de Carvalho (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Dimas dos Reis Ribeiro (UFMA/ Pinheiro)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Me. Luiz Eduardo Neves dos Santos (UFMA/ Pinheiro)
Universidade Federal do Maranhão

Dedicatória

A meu Deus: pelo dom da vida

Aos meus pais: Marilene Mendes Pereira e Jose Antonio Pereira Filho, cujo empenho em me educar sempre veio em primeiro lugar.

À minha querida família, que tanto admiro, dedico o resultado do esforço realizado ao longo deste percurso.

Aos amigos da Residência estudantil: Pelos momentos de companheirismo e apoio para conclusão deste curso (em especial, Pedro Fernando, Gleidson Silva e Wemerson Coelho)

Ao Professor Dr. Janilson dos Santos Coelho pelo apoio e incentivo para conclusão deste curso.

Aos amigos de turma: Pelos momentos de alegria e conhecimentos compartilhados ao longo do curso, (em especial, Marcelo Oliveira, Paulo Afonso, Maciel Maique, Emilly Marly e Betânia Gomes)

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dra. Fernanda Cunha de Carvalho, pela orientação concedida, e pelas valorosas contribuições que foram fundamentais para culminância deste trabalho, pelas disciplinas ministradas ao longo do curso e pelos momentos de amizade que proporcionaram fluência nesta orientação.

Ao Grupo de Pesquisa, Governança Territorial na Baixada e Reentrâncias Maranhenses: Modalidades, Tipologias, Estruturas e Princípios, que oportunizou momentos de muita aprendizagem no campo da políticas públicas, além de condicionar a escolha do presente tema.

Ao meu colega de pesquisa Maciel Maique Morais Farias pelos momentos de companheiros e aprendizagem compartilhados no grupo de pesquisa, e pela contribuição na sistematização dos dados quantitativos. Ao Prof. Dr. Dimas Ribeiro, pela assistência nas pesquisas de campo e as relevantes contribuições nas entrevistas com membros dos órgãos pesquisados.

À UFMA, campus Pinheiro, instituição “que me acolheu” durante esta graduação, em especial a coordenação de Ciências Humanas, expresso minha gratidão a todos os profissionais do departamento por todo o apoio que me deram ao longo da realização do meu trabalho.

À FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa no Maranhão), pelo auxílio financeiro concedido ao grupo de pesquisa.

Às instituições que foram focos da pesquisa nas Microrregiões e aos funcionários que se propuseram a me atender, esclarecer dúvidas, fornecer dados e responder às entrevistas.

*Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer*

*Pelos campos há fome em grandes plantações
Pelas ruas marchando indecisos cordões
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer*

*Há soldados armados, amados ou não
Quase todos perdidos de armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição
De morrer pela pátria e viver sem razão*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer*

*Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados, armados ou não
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão...*

“Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores” - Geraldo Vandré

“Tudo o que era sólido se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas”.

“Manifesto do Partido Comunista” (1848) - MARX, ENGELS

RESUMO

A governança territorial apresenta bons fundamentos para o desenvolvimento plural de regiões ou localidades, por deter estratégias que propiciam gestões participativas e descentralizadas entre os diferentes atores do desenvolvimento (Gestão Pública, Instituições Privadas e Sociedade Civil). A referida pesquisa tem como objetivo geral analisar formação da modalidade de Governança na construção do processo de descentralização política e do desenvolvimento local das microrregiões da Baixada Maranhense e Litoral Ocidental Maranhense. O mesmo tem em seu prisma ações que propiciam o desenvolvimento Territorial/Local a partir de pequenas e médias aglomerações. Para compreender a dinâmica do Arranjos Produtivos Locais nas regiões estudadas, foi realizada revisão bibliográfica de documentos que tratam sobre governança territorial e sua relação com o processo de desenvolvimento. Posteriormente realizou-se o levantamento e tratamento de dados dos indicadores socioeconômicos do recorte proposto, evidenciando a situação perpassada pelos municípios das microrregiões. Por conseguinte, efetuou-se entrevistas com representantes das Secretarias de Agricultura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com o intuito de conhecer o trabalho que os mesmos desenvolvem em seus municípios e suas percepções sobre a formação dos APLs. De modo geral, é possível apontar que no Estado do Maranhão a governança se estabelece de maneira incipiente, considerando um elevado grau de dependência da gestão pública, ocasionando um desenvolvimento territorialmente concentrado. Mais especificamente sobre os Arranjos Produtivos Locais inseridos nas microrregiões, o que se constata é que as regiões não configuram tal modalidade operacionalmente, traduzidas por ações bastantes desreguladas e com gestões fragilizadas, apesar da vasta potencialidade em atividades econômicas no setor primário.

Palavras-Chave: Governança Territorial; Maranhão; Desenvolvimento Produtivo Local.

ABSTRACT

Territorial governance has good foundations for the plural development of regions or localities, as it has strategies that provide participatory and decentralized management among the different actors of development (Public Management, Private Institutions and Civil Society). This research has the general objective of analyzing the formation of the Governance modality in the construction of the process of political decentralization and of the local development of the microregions of Baixada Maranhense and Litoral Ocidental Maranhense. It has in its prism actions that promote Territorial / Local development from small and medium agglomerations. In order to understand the dynamics of Local Productive Arrangements in the studied regions, a bibliographic review of documents dealing with territorial governance and its relationship with the development process was carried out. Subsequently, the survey and treatment of data on the socioeconomic indicators of the proposed cut was carried out, showing the situation pervaded by the municipalities of the micro-regions. Therefore, interviews were carried out with representatives of the Secretariats of Agriculture and the Union of Rural Workers, in order to get to know the work that they develop in their municipalities and their perceptions about the formation of APLs. In general, it is possible to point out that governance in the State of Maranhão is incipiently established, considering a high degree of dependence on public management, causing a territorially concentrated development. More specifically about the Local Productive Arrangements inserted in the micro-regions, what is found is that the regions do not configure this modality operationally, translated by quite unregulated actions and with weakened management, despite the vast potential in economic activities in the primary sector.

Keywords: Territorial Governance; Maranhão; Local Productive Development.

LISTA DE SIGLAS

AGERP: Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural
ALICE WEB: Sistema De Análise Das Informações de Comércio Exterior
APL: Arranjo Produtivo Local
CBHS: Comitês de Bacias Hidrográficas
CEDRUS: Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CMDRS: Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
Contag: Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares.
COREDES: Conselhos Regionais de Desenvolvimento
EMP: Empresariais e Patronais
FAPEMA: Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FETAEMA: Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE: Índice de Desenvolvimento Econômico
IDE: Índice de Desenvolvimento Social
IDM: Índice de Desenvolvimento Municipal
IEMA: Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFMA: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IMA: Índice de Meio Ambiente
IMESC: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INE: Índice do Nível de Educação
INF: Índice de Infraestrutura
INS: Índice do Nível de Saúde
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
IPM: Índice de Produção Municipal
IQMP: Índice de Qualificação da Mão de Obra e Produtividade
ISB: Índice de Serviços Básicos
MCT: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MDIC: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço
MI: Ministério da Integração Nacional
NEAPLS: Núcleos Estaduais de Apls
OUT: Outras Atividades Associativas não Especificadas Anteriormente
PAPL: Programa de Promoção e Desenvolvimento de Arranjos e Sistemas Produtivos Locais do Maranhão Papl
PIB: Produto Interno Bruto
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar
POL: Políticas
PROF.: Profissionais
REL: Religiosas
SAF: Secretaria de Agricultura Familiar
SAGRIMA: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDES: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social
SEINC: Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia
SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPAB: Sistema Estadual de Produção e Abastecimento
SEPLAN: Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
SETRES: Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária
SIND: Sindicais
STTRS: Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UFMA: Universidade Federal do Maranhão
VA: Valor Adicionado

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Elementos da Governança Territorial	6
Quadro 02: Constituição de aglomerados locais	9
Quadro 03: Exportações dos municípios da Baixada Maranhense	15
Quadro 04 : Exportações municípios do Litoral Ocidental Maranhense	16
Quadro 05: Importações dos municípios da Baixada Maranhense	18
Quadro 06: Importações municípios do Litoral Ocidental Maranhense	19
Quadro 07: Produto Interno Bruto dos municípios da Baixada Maranhense	21
Quadro 08: Produto Interno Bruto dos municípios do Litoral Ocidental Maranhense	24
Quadro 09: Índice de Desenvolvimento Municipal, ranking, classe, Índice de Desenvolvimento Econômico, Índice de Desenvolvimento Social e população residente, Baixada Maranhense – 2010	27
Quadro 10: Microrregião do Litoral Ocidental: Índice de Desenvolvimento Municipal, ranking, classe, Índice de Desenvolvimento Econômico, Índice de Desenvolvimento Social e população residente, segundo os municípios – MA 2010	28
Quadro 11: Ocupações nos setores de comércio e serviços na Baixada Maranhense	30
Quadro 12: Ocupações no setor da Indústria na Baixada Maranhense	31
Quadro 13: Ocupações do Litoral Ocidental Maranhense dividindo as empresas de acordo com os portes: Micro, Pequena, Média e Grande	32
Quadro 14: Ocupações do Litoral Ocidental Maranhense dividindo as empresas de acordo com os portes: Micro, Pequena, Média e Grande.	33
Quadro 15: Atividades de Organizações Associativas na Baixada Maranhense	34
Quadro 16: Organizações Associativas no Litoral Ocidental nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014.	36
Quadro 17: Cadeias Produtivas que englobam Municípios da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense	37
Quadro 18: Entrevistas realizadas com representantes das Secretarias de Agricultura - Baixada Maranhense e Litoral Ocidental Maranhense	41
Quadro 19: Entrevistas realizadas com representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - Baixada Maranhense e Litoral Ocidental Maranhense	44

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa 1 - Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense 13

Figura 2 - Mapa 2 - Microrregião do Litoral Ocidental Maranhense14

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 BREVE DISCUSSÃO SOBRE GOVERNANÇA TERRITORIAL, DESENVOLVIMENTO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	4
2.1 A necessária relação entre Governança Territorial e Desenvolvimento	4
2.2 Analisando os Arranjos Produtivos Locais	7
3 OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO ESTADO DO MARANHÃO	10
3.1 Conhecendo os Territórios: O que os dados nos dizem sobre a Baixada Maranhense e o Litoral Ocidental Maranhense	11
3.2 Possíveis Modalidades de APLs na Baixada e Litoral Ocidental Maranhense	37
3.3 Aplicabilidade dos Arranjos Produtivos Locais na Baixada e Litoral Ocidental Maranhense	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS	51
ANEXOS	55

1 INTRODUÇÃO

Em meio a nossa sociedade presenciamos constantes mudanças relacionadas às formas de gerir e administrar o Estado. Em decorrência disso é válido ressaltar a governança como um modo de gestão que reúne uma vasta pluralidade de atores/agentes na busca de garantir um Estado transparente e eficiente (DINIZ, 1995). Nesse sentido, tem como princípio regulador o desenvolvimento de uma gama de setores, dentre eles, regiões que apresentam uma atividade econômica em comum, empresas com problemas de gestão, questões da administração pública, diálogo com a sociedade civil e instituições privadas, dentre outras.

Tendo como prisma central o tema governança territorial, o presente estudo, foi realizado no âmbito do Projeto de Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – campus Pinheiro/MA, intitulado Governança Territorial na Baixada e Reentrâncias Maranhenses: Modalidades, Tipologias, Estruturas e Princípios, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). O projeto teve duração de três anos (com vigência de 17/07/2017 a 17/01/2021) com estudos sobre governança territorial e desenvolvimento nas microrregiões da Baixada e Litoral Ocidental do Maranhão¹, tendo assim grande relevância para escolha do tema aqui desenvolvido.

As categorias de governança manifestadas no Brasil, que têm como preceito fortalecer a gestão participativa e possibilitar a atuação de variados agentes sobre as decisões territoriais, também ocorrem no contexto maranhense e são manifestadas por algumas modalidades de governança, ainda que sejam apresentadas territorialmente de forma fragilizada.

Diante da realidade do estado existem especificidades locais que, apesar de instáveis, abririam espaço para uma iniciativa endógena, a citar: um sistema produtivo numericamente predominantemente constituído por micro e pequenos negócios, abastecendo mercados pouco organizados (em alguns casos voltados até mesmo para a subsistência); precária capacidade empreendedora; empresário com baixa inclinação às atitudes inovadoras; além de um meio institucional bastante frágil e ainda ausente.

Os Arranjos Produtivos Locais têm se vigorado como alternativas para o desenvolvimento plural de uma gama de seguimentos econômicos, fortalecendo a participação de diferentes atores no processo de desenvolvimento local/ territorial. De acordo com o

¹ A escolha das duas microrregiões se deu pela proximidade geográfica do Centro de Pinheiro (este é localizado na Baixada Maranhense) e a microrregião do Litoral Ocidental Maranhense é limítrofe.

Sebrae, o Arranjo Produtivo Local é uma aglomeração de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (SEBRAE, 2014, p. 7).

Os Arranjos Produtivos Locais assumem tarefa importante para o crescimento econômico de regiões geograficamente próximas, para tanto é necessário que os diferentes atores (Governo, instituições privadas e sociedade civil) trabalhem em conjunto para o fortalecimento da instância e conseqüentemente do local/território. Nesse contexto, as microrregiões da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense apresentam potencialidades para inserção dos APLs, no entanto, as mesmas ainda apresentam dados incipientes para consolidação da instância.

Tais dados conduzem à avaliação sobre os indicadores socioeconômicos das microrregiões da Baixada e do Litoral Ocidental Maranhense que têm se revelado como negativos, apontando para a necessidade de políticas públicas que estejam direcionadas para a promoção do desenvolvimento territorial.

Assim, no Maranhão, desde o ano de 2003 tem sido desenvolvida a introdução de ideias em torno dos Arranjos Produtivos Locais (APL), acreditando que o estímulo à cooperação entre micro e pequenos produtores pode ser um instrumento eficaz para a promoção de um padrão mais elevado de aprendizagem coletiva e conseqüente sustentabilidade do processo de desenvolvimento.

Os APLs também funcionariam como instrumentos para promover o desenvolvimento local e redução das desigualdades regionais e sociais. Para tanto, alguns arranjos foram definidos no âmbito da Secretaria de Estado, bem como através da parceria com o Sebrae. Contudo, há uma série de interrupções e descontinuidades quanto ao funcionamento dos referidos arranjos, despertando assim a necessidade de pesquisas que compreendam o atual contexto dessa modalidade de governança.

Amparado por esse sistema produtivo, têm-se como questões de partida: a) Em que medida os Arranjos Produtivos Locais e a governança territorial podem favorecer o desenvolvimento local e fomentar políticas descentralizadas na Baixada e Litoral Ocidental Maranhense? b) Quais são os atores institucionais que participam dos APLs? c) Como os mesmos se articulam para gerir esta modalidade?

Partindo de tais questionamentos, a pesquisa tem como objetivo geral destacar a formação da modalidade de Governança na construção do processo de descentralização

política e do desenvolvimento local das microrregiões da Baixada Maranhense e Litoral Ocidental Maranhense. Os objetivos específicos são: a) Analisar, teoricamente, a temática da governança e sua relação com o processo de desenvolvimento territorial; b) Diagnosticar a situação dos Arranjos Produtivos Locais da Baixada Maranhense e do Litoral Ocidental Maranhense; c) Compreender quem são os atores institucionais envolvidos na perspectiva dos Arranjos Produtivos Locais; d) Avaliar a existência de Conselhos voltados aos Arranjos Produtivos Locais.

Portanto, segue-se neste estudo um percurso metodológico que se inicia com uma revisão bibliográfica com destaque para levantamentos de pesquisas sobre governança territorial e sua relação com o processo de desenvolvimento. A realização de pesquisas quantitativas (alimentadas por bases de dados), configurada como a segunda etapa da pesquisa, buscou realizar a criação e o tratamento de banco de dados secundários econômicos e sociais dos municípios das microrregiões da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense, a citar: exportação e importação, PIB, Índice de Desenvolvimento Municipal, análise das ocupações e organizações civis.

Em seguida, foram realizadas pesquisas de cunho qualitativo, fortalecidas por entrevistas em instituições governamentais que atuam diretamente com as possíveis modalidades de APLs, que em nível municipal são representadas pelas Secretarias de Agricultura e Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), e análise das transcrições dos relatos orais.

Para refletir os questionamentos citados acima o presente trabalho intitula-se, “Governança Territorial: Uma análise dos Arranjos Produtivos Locais na Baixada e Litoral Ocidental Maranhense”, e divide-se em dois capítulos centrais, além da introdução e das considerações finais.

A primeira parte tem como objetivo discutir brevemente o termo governança destacando sua aplicabilidade no contexto territorial descrevendo os elementos que regulamentam gestões participativas e descentralizadas, além disso, destina-se apresentar o conceito do termo APL, abordando assim as principais características da modalidade.

A segunda parte tem como prerrogativa demonstrar o panorama dos Arranjos Produtivos Locais no cenário Maranhense, com foco, nas microrregiões estudadas. Nessa dinâmica também é abordado os dados quantitativos citados, ilustrando assim “um retrato” dos municípios trabalhados, por fim é exposto como as microrregiões estudadas fazem o

gerenciamento dos APLs, destacando as principais potencialidades da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense.

2 BREVE DISCUSSÃO SOBRE GOVERNANÇA TERRITORIAL, DESENVOLVIMENTO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

2.1 A necessária relação entre Governança Territorial e Desenvolvimento

O termo governança é polissêmico e surge na Europa em países como França e Inglaterra, em um contexto do século XIV. Todavia seu uso ganha mais expressividade na década de 1930 por Ronald Coase, sendo retomado em 1985 por Oliver Williamson sobre o mundo das empresas, articulando estratégias que possibilitassem o desenvolvimento eficiente. Na década 1970 o termo governança viabiliza tanto na Europa ocidental quanto nos Estados Unidos, como método de gestão democrática. Na década de 1980 o termo vigora em debates do banco mundial “*governance*”, importando os bons modos de governança, articulando nestas dinâmicas gestões transparentes e efetivas (PIRES et al., 2011).

Segundo o Banco Mundial, em seu documento *Governance and Development*, de 1992, a definição geral de governança é “o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo”. Precisando melhor, “é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento”, implicando ainda “a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções (GONÇALVES, 2006, p.1).

De tal maneira que a governança não engloba somente questões relacionadas a governabilidade, a mesma detém uma extensa amplitude, podendo ser percebida em diferentes contextos, mas com objetivos similares, assim como destaca Pires (2011), atualmente a expressão governança vem sendo usada em vários contextos, podendo ser “aplicada a empresas, instituições, organismos governamentais ou não governamentais, na esfera local ou para as interações entre os outros setores da sociedade, como *governança corporativa, governança política e governança territorial*” (PIRES et., 2011, p, 34).

Neste panorama onde se estabelece a governança, é válido ressaltar que o presente trabalho destaca a governança territorial, a própria tem como princípio regulador o desenvolvimento de regiões e localidades geograficamente próximas, reunindo os diferentes atores que condicionam o progresso econômico e social, dentre eles, a sociedade civil, instituições privadas e a gestão pública.

Segundo Pires (2011) a governança territorial, estabelece-se com mais ênfase na década de 1990 na França, propondo novos paradigmas à gestão pública que se encontrava ineficiente. Neste contexto, a governança territorial destaca-se oportunizando uma política descentralizada e coletiva entre os atores do desenvolvimento local.

A governança territorial pode ser percebida, ainda, como o processo institucional-organizacional de construção de uma estratégia para compatibilizar os diferentes modos de coordenação entre agentes geograficamente próximos em caráter parcial e provisório atendendo à premissa da resolução de problemas inéditos. Esses compromissos articulam os agentes econômicos entre si e estes agentes com os agentes institucionais-sociais e políticos mediante “regras de jogo” e a dimensão local e a global (nacional ou mundial) que constituem um território (GILLY; PECQUEUR, 1997, p. 116).

Mediante os mecanismos que condicionam o desenvolvimento local, a governança territorial divide-se em diferentes setores que abrangem intuições governamentais ou não, o que conduz à busca pela definição tipológica que caracterize a governança. Esta tipologia tem sido adaptada para outros estudos da governança territorial no Brasil (PIRES *et al.*, 2011), nos quais é possível identificar diferentes formas de coordenação. Por um lado, ela aparece como uma Governança Privada, quando são organizações privadas dominantes que impulsionam e pilotam dispositivos de coordenação de recursos com objetivo de apropriação privada do território. Por outro lado, ela aparece como uma Governança Privada-Coletiva, quando o agente chave é uma instituição formal que agrupa operadores privados e impulsiona a coordenação de recursos e estratégias. Ela também aparece como uma Governança Estatal-Privada, quando o Estado e as instituições públicas impulsionam a coordenação de recursos e estratégias territoriais com o setor produtivo. Há casos em que a governança aparece como uma Governança Pública-Tripartite quando são as instituições públicas, organizações privadas e da sociedade civil, que juntas impulsionam a coordenação compartilhada de recursos e estratégias territoriais.

Paralelo aos aspectos citados acima, Dallabrida e Becker (2003) indicam estratégias que possibilitam o fluido diálogo entre os atores no processo da governança territorial (Quadro 01). Todavia, Carvalho (2015) salienta que tais modelos perpassam por inúmeros entraves, para se estabelecerem com pleno êxito no Brasil, entre eles cabe citar políticas públicas adotadas que não proporcionam gestões descentralizadas e participativas.

Quadro 01: Elementos da Governança Territorial

1 – Dinâmica territorial	Conjunto de ações relacionadas ao processo de desenvolvimento, empreendidas por atores/agentes, organizações/instituições de uma sociedade identificada histórica e territorialmente.
2 – Bloco socioterritorial	Refere-se ao conjunto de atores localizados histórica e territorialmente que, pela liderança que exercem localmente, assumem a tarefa de promover a definição dos novos rumos do desenvolvimento do território, por meio de processo de concertação público-privada.
3 – Concertação social	Processo em que representantes das diferentes redes de poder socioterritorial, mediante procedimentos voluntários de conciliação e mediação, assumem a prática da gestão territorial de forma descentralizada.
4 – Redes de poder socioterritorial	Referem-se a cada um dos segmentos da sociedade organizada territorialmente, representados pelas suas lideranças, constituindo na principal estrutura de poder que, em cada momento da história, assume posição hegemônica e direciona política e ideologicamente o processo de desenvolvimento.
5 – Pactos socioterritoriais	Referem-se aos acordos ou ajustes decorrentes da concertação social que ocorrem entre os diferentes representantes de uma sociedade organizada territorialmente, relacionados à definição do seu projeto de desenvolvimento futuro.

Fonte: DALLABRIDA; BECKER, 2003

Tendo os elementos da governança como princípios reguladores para o desenvolvimento local e regional, Tapia (2005) demonstra políticas de concertação social inseridas em cidades como Toscana e Romagna, na Itália, onde as mesmas tiveram resultados satisfatórios. Nesse contexto, o autor delinea que para o sucesso destas modalidades é de fundamental importância a capacitação técnica dos atores envolvidos estabelecendo assim melhores orientações nos processos decisórios.

Segundo Dallabrida e Becker (2003) a governança territorial, tem suas primeiras aplicações no Brasil como propostas de gestões participativas e descentralizadas do Estado, nos anos 1990, através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) no Rio Grande do Sul. Tal conselho caracterizava-se como modelo capaz de propor o desenvolvimento coletivo entre os diferentes atores.

De acordo com Fuini (2011) em um debate mais atual sobre os modelos que se caracterizam como provedores do desenvolvimento territorial destacam-se os Arranjos Produtivos Locais (APLs), os Circuitos Turísticos, os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) e as Câmaras Setoriais da Agroindústria. Tais atividades podem se tornar essenciais para alavancar as gestões participativas, oportunizando que diferentes atores possam articular propostas que visem o desenvolvimento da região em uma cadeia produtiva específica.

Analisando a atual conjectura política brasileira, podemos apontar o Estado como central na promoção do desenvolvimento, fato que, dependendo do setor e da implantação da política, pode não proporcionar políticas coletivas e descentralizadas, onde os atores injetem

propostas e estratégias para o desenvolvimento plural das regiões. Fuini (2013) destaca a mútua dependência das prefeituras quanto aos repasses do governo federal:

No entanto, maior parte das prefeituras brasileiras, instância mais presente no âmbito local nacional, ainda é dependente de repasses financeiros da União, principalmente através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), formado pela arrecadação de impostos como o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) (FUINI, 2013, p. 90).

A afirmação acima destaca como a sociedade brasileira tem centrado as formas de gestões em muitas cidades do país, de todo modo, isso pode ser evidenciado como danoso para o desenvolvimento territorial, pois o mesmo impede a inserção de políticas descentralizadas e benefícios locais. Nesta conjectura os arranjos produtivos locais têm poder de oportunizar gestões coletivas entre os diferentes atores, pois têm em seu prisma propostas que condicionam o desenvolvimento local.

Portanto faz-se o estudo desta modalidade, tentando viabilizar as possibilidades de inserção da mesma nas áreas de estudo, visto que as regiões detêm um alto potencial para o progresso do APL, uma vez que a agricultura se configura como uma produção local e tem famílias envolvidas. Nesta dinâmica, a modalidade pode fomentar políticas descentralizadas e participativas, em um cenário onde o Estado se configura como principal fonte do desenvolvimento.

2.2 Analisando os Arranjos Produtivos Locais

Na literatura moderna os Arranjos Produtivos Locais são caracterizados como atividades econômicas responsáveis por viabilizar gestões participativas e descentralizadas em um cenário local/territorial. No Brasil, a modalidade ganha destaque no final dos anos 1990,

como sendo um espaço social, econômico e historicamente construído através de uma aglomeração de empresas (ou produtores) similares e/ou fortemente inter-relacionadas, ou interdependentes, que interagem numa escala espacial local definida e limitada através de fluxos de bens e serviços (COSTA, 2010, p. 126).

De acordo com o SEBRAE (2014), existe uma gama de termos presentes na estrutura que comporta o Arranjo Produtivo Local, os mesmos são fundamentais para o pleno desenvolvimento da modalidade, dentre eles é cabível citar: aglomeração de empresas, território, especialização produtiva, aprendizagem e inovação e diversidade de atores.

Segundo a instituição, a aglomeração de empresas representa uma organização de empreendimentos que variam entre público e privado a setores econômicos geograficamente próximos. Dentre as vantagens está o acesso a matérias primas, equipamentos e mão de obra, além de ser uma fonte de vantagens competitivas, sobretudo em pequenos negócios, podendo assim gerar empregos diretos e indiretos.

Já o território, refere-se ao determinado local que ocorre o APL, o mesmo detém potencialidades para inserção de atividades econômicas. Desta forma o território pode abrigar uma parte de um município, um município, conjunto de municípios ou até mesmo uma região que dispõem de atividades econômicas em comum.

A especialização produtiva retrata a especialização que os atores dispõem sobre uma atividade econômica principal, seja ela no seguimento da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo do artesanato ou do agronegócio.

A aprendizagem e inovação manifestam-se pela existência de iniciativas, ações, atividades e suas associações, entre empresas e instituições técnicas e financeiras, entre empresas e poder público, e outras combinações entre os atores presentes no APL, não obstante o termo pode ser compreendido como a mútua interação dos atores na especialização de atividades econômicas.

Dentre os termos que caracterizam o APL, os Atores, ou seja, órgãos e grupos de pessoas que participam da gestão do arranjo, classificam-se como um dos principais, considerando que os mesmos são responsáveis pelo gerenciamento do APL. Dessa forma os atores compreendem uma série de seguimentos, que variam de empresas público-privadas, instituições governamentais e sociedade civil, que possuem ações voltadas direta ou indiretamente ao Arranjo Produtivo Local.

Os termos citados são imprescindíveis para o pleno desenvolvimento do APL, no entanto é necessário que outros aspectos estejam em sintonia para consolidação da modalidade, assim como sinaliza Costa (2010):

Para isto, desenvolvem suas atividades de forma articulada por uma lógica sócio-econômica comum que aproveita as economias externas, o binômio cooperação-competição, a identidade sócio-cultural do local, a confiança mútua entre os agentes do aglomerado, as organizações ativas de apoio para a prestação de serviços, os fatores locais favoráveis (recursos naturais, recursos humanos, cultura, sistemas cognitivos, logística, infraestrutura etc.), o capital social e a capacidade de governança da comunidade (COSTA, 2010, p. 127).

Conforme Cassiolato, Lastres e Szafiro (2000), as principais peculiaridades de um APL são:

- a dimensão territorial: os atores do APL estão localizados em certa área onde ocorre interação;
- a diversidade das atividades e dos atores: empresários, sindicatos, governo, instituições de ensino, instituições de pesquisa e desenvolvimento, ONGs, instituições financeiras e de apoio;
- o conhecimento tácito: conhecimento adquirido e repassado por meio da interação, conhecimento não codificado;
- as inovações e aprendizados interativos: inovações e aprendizados que surgem com base na interação dos atores;
- a governança: liderança do APL, geralmente exercida por empresários ou pelo seu conjunto representativo – sindicatos, associações. Existem diferentes formas de governança e hierarquias nos sistemas e arranjos produtivos, representando formas diferenciadas de poder na tomada de decisão (centralizada e descentralizada, mais ou menos formalizada).

Os elementos citados acima demonstram o quanto os Arranjos Produtivos Locais necessitam de uma boa articulação entre os diferentes níveis no processo de desenvolvimento. O quadro (02) demonstra aspectos que ilustram a constituição de aglomerados locais.

Quadro 02: Constituição de aglomerados locais

Localização	Proximidade ou concentração geográfica
Atores	Grupos de pequenas empresas.
	Pequenas empresas nucleadas por uma grande empresa.
	Associações, instituições de suporte, serviços, ensino e pesquisa de fomento, financeiras etc.
Características	Intensa divisão de trabalho entre as firmas.
	Flexibilidade de produção e organização.
	Especialização.
	Mão de obra qualificada.
	Competição entre firmas baseada em inovação.
	Estreita colaboração entre as firmas e os demais agentes.
	Fluxo intenso de informações.
	Identidade cultural entre os agentes.
	Relações de confiança entre os agentes.
Complementaridades e sinergias.	

Fonte: SEBRAE (2014)

Segundo Costa (2010), o arranjo produtivo local traz grande contribuição para o sistema produtivo. A modalidade consegue promover inovação, pois se desprende de modelos que têm em seu prisma visões baseadas na empresa individual, neste caso o APL diferencia-

se, pois injeta uma multiplicidade de elementos que favorece no desenvolvimento local, estabelecendo assim um nexu efetivo entre as atividades produtivas e o território.

De acordo com o SEBRAE (2014) cada APL tem suas características específicas, sua história de origem, seu ambiente socioeconômico e sua complexidade, mas eles podem se diferenciar também por seu nível de desenvolvimento. Castro (2009) os classifica em arranjos incipientes, arranjos em desenvolvimento e arranjos desenvolvidos.

- a) Arranjos incipientes: Acontece quando não há um interesse do setor público e do setor privado em aprimorar as potencialidades do APL, a gestão da modalidade é feita de forma desregulada, os atores não articulam propostas para uma gestão coletiva da modalidade. De todo modo, este modelo tem seu grau de importância, pois estimula o crescimento da economia local.
- b) Arranjos em desenvolvimento: Esta modalidade denota uma organização em torno do APL, os atores conseguem viabilizar propostas que favoreça o crescimento econômico do território. Apresenta um cenário que incentiva a inserção de novas empresas. Preocupam-se com os demais elos da cadeia produtiva, com impacto direto sobre a qualidade de seus produtos. As lideranças são mais capacitadas e legitimadas, organizando-se em entidades de classe, defendendo interesses regionais em vez de particulares. Apresentam uma incipiente integração entre o poder público e o empresarial (SEBRAE, 2014, p. 15).
- c) Arranjos Desenvolvidos: caracterizam-se por apresentar uma estrutura ampla e complexa, além de forte interação entre os atores, que articulam parceiras, há um fluido diálogo entre instituições que viabilizam atividades econômicas capazes de fomentar cooperação e aprendizagem no aglomerado. São aqueles arranjos produtivos cuja interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, possibilitando inovações de produtos, processos e formatos organizacionais e gerando maior competitividade empresarial e capacitação social (SEBRAE, 2014, p. 15).

Os arranjos produtivos locais compreendem uma gama de elementos e são classificados em diferentes níveis, nos próximos tópicos serão abordados como esse sistema produtivo se faz inserido em duas microrregiões, desta forma questiona-se em que patamar o APL pode ser classificado nas regiões estudadas.

3 OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

3.1 Conhecendo os Territórios: O que os dados nos dizem sobre a Baixada Maranhense e o Litoral Ocidental Maranhense

De acordo com Costa (2010), várias instituições a partir do ano de 2005 têm realizado ações para o desenvolvimento do arranjo produtivo local no Brasil, com destaque para o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), o MDIC (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço), o MI (Ministério da Integração Nacional), o MCT (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações) e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Tais instituições têm a prerrogativa de mapear os possíveis APLs, para vislumbrar regiões com potencial para o desenvolvimento econômico do território.

Demonstrando a realidade maranhense, no ano de 2003, o estado lança propostas em torno dos APLs (seguindo a lógica federal), definindo critérios para identificação e seleção de APLs para apoio local. Assim, foram definidos dezenove arranjos, inicialmente, que foram sendo “desfeitos” com o passar do tempo (por estarem desajustados à lógica nacional ou por não terem uma capacidade de reprodução no território). O resultado foi uma reformulação em doze arranjos produtivos.

Nesse período, a política estadual de arranjos produtivos locais possuía como órgão central a SEPLAN (Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento). Foi elaborado o Programa de Promoção e Desenvolvimento de Arranjos e Sistemas Produtivos Locais do Maranhão (PAPL), que compunha o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável do Estado do Maranhão. Contudo, o SEBRAE na posição de parceiro adquiriu maior destaque. Posteriormente ao ano de 2007, o poder público federal passa a exigir a criação dos Núcleos Estaduais de APLs (os NEAPLs). O objetivo do NEAPL é a fiscalização dos recursos federais destinados aos APLs e o acompanhamento dos mesmos.

Entrevistas realizadas na SAF (Secretaria de Agricultura Familiar), em 2018, revelaram que no caso atual, a experiência frustrada com APLs, criou uma certa resistência pela estratégia. Isso pode ser comprovado pela execução do Programa Mais Produção que, até então, tem dado bastante ênfase à estratégia de Cadeias Produtivas. O que poderia ser visualizado como contraditório, pois analisando do ponto de vista de sistemas, as cadeias produtivas podem ser consideradas como subsistemas dos arranjos. Portanto, atualmente, no

âmbito do Programa Mais Produção foram priorizados territórios com base em Cadeias Produtivas de importância para o desenvolvimento do Estado.

Depois de tantas variações, como já apontadas por Carvalho (2015), atualmente as produções são acompanhadas pelo Sistema Estadual de Produção e Abastecimento (SEPAB), que foi criado pelo decreto nº 30.851 de junho de 2015 com o objetivo de coordenar o conjunto de ações integradas na agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, com foco no abastecimento. Cinco secretarias constituem sua principal composição: SAGRIMA (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca), SAF, SEINC (Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia), SEDES (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social) e SETRES (Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária).

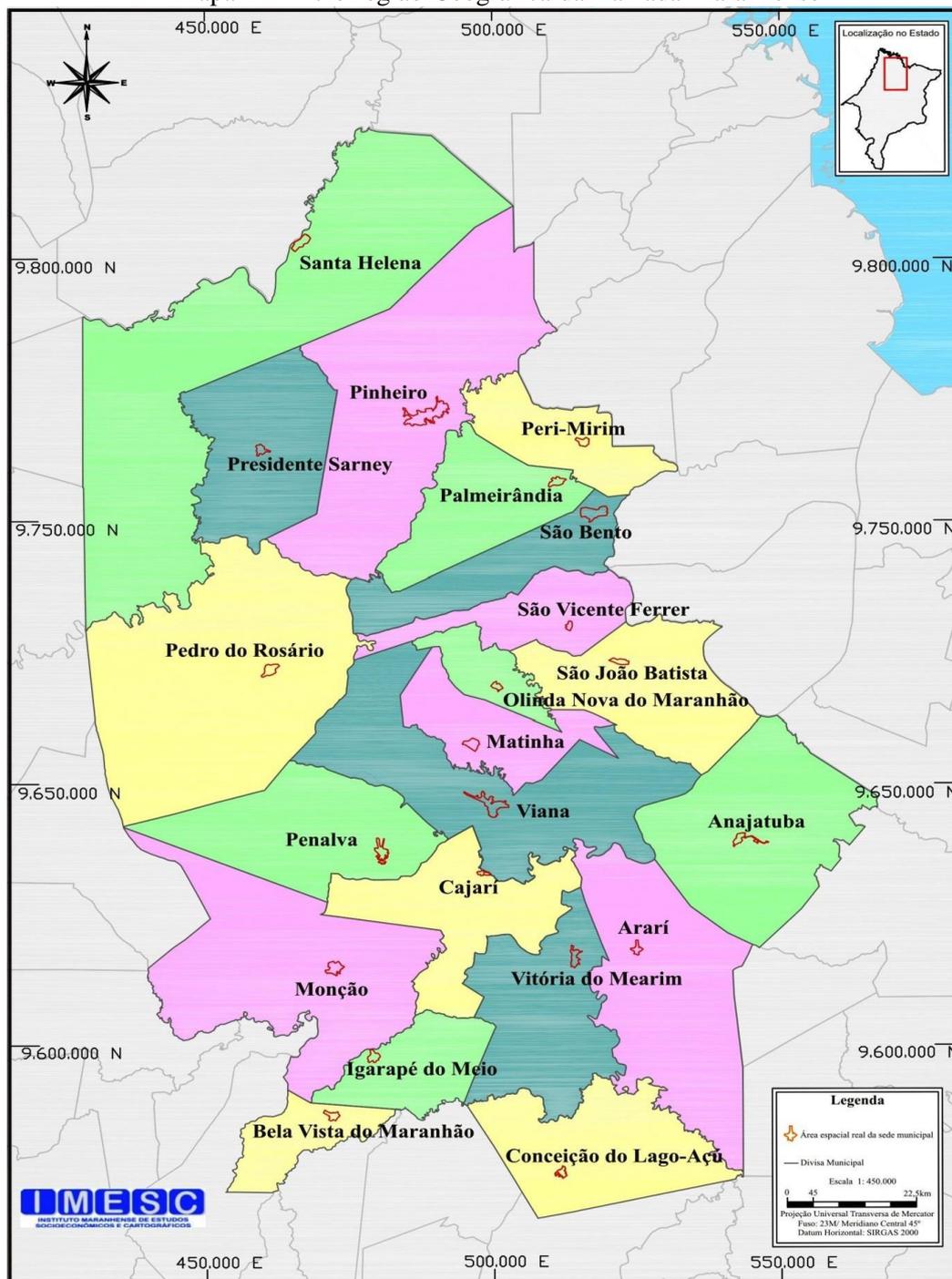
Visto o conceito do APL, nota-se a vantagem que o sistema produtivo pode favorecer a regiões que dispõem em seu território, atividades econômicas, as mesmas podem estar presentes em uma multiplicidade de setores, como comércio, indústria e agricultura. Nesta perspectiva as microrregiões da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense, são vistas como potencial para inserção desta modalidade. No entanto, as regiões perpassam por uma série de entraves que dificultam a consolidação do APL. Assim, para iniciar as análises sobre os APLs, faz-se necessário o conhecimento dos territórios, que podem ser vistos a partir de alguns dados aqui selecionados, como será demonstrado em sequência.

- Abrangência geográfica das Microrregiões da Baixada Maranhense e Litoral Ocidental Maranhense

A Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense limita-se ao Norte com a Microrregião Geográfica do Litoral Ocidental Maranhense; ao Oeste com as Microrregiões Geográficas do Gurupi e do Pindaré; ao Sul com a Microrregião Geográfica do Médio Mearim e ao Leste com as Microrregiões Geográficas de Rosário o do Litoral Ocidental Maranhense (IMESC, 2013, p. 27).

Suas coordenadas geográficas são: Norte município de Santa Helena Latitude - 02°02'23", Longitude -45°11'31"; Oeste município de Santa Helena Longitude -45°38'30", Latitude 02°36'07"; Sul município de Conceição do Lago-Açu Latitude -03°55'06", Longitude -44°51'55"; Leste município de Anajatuba Longitude -44°51'55", Latitude - 03°55'06" (Mapa 01) (IMESC, 2013, p. 27).

Mapa 1 - Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense



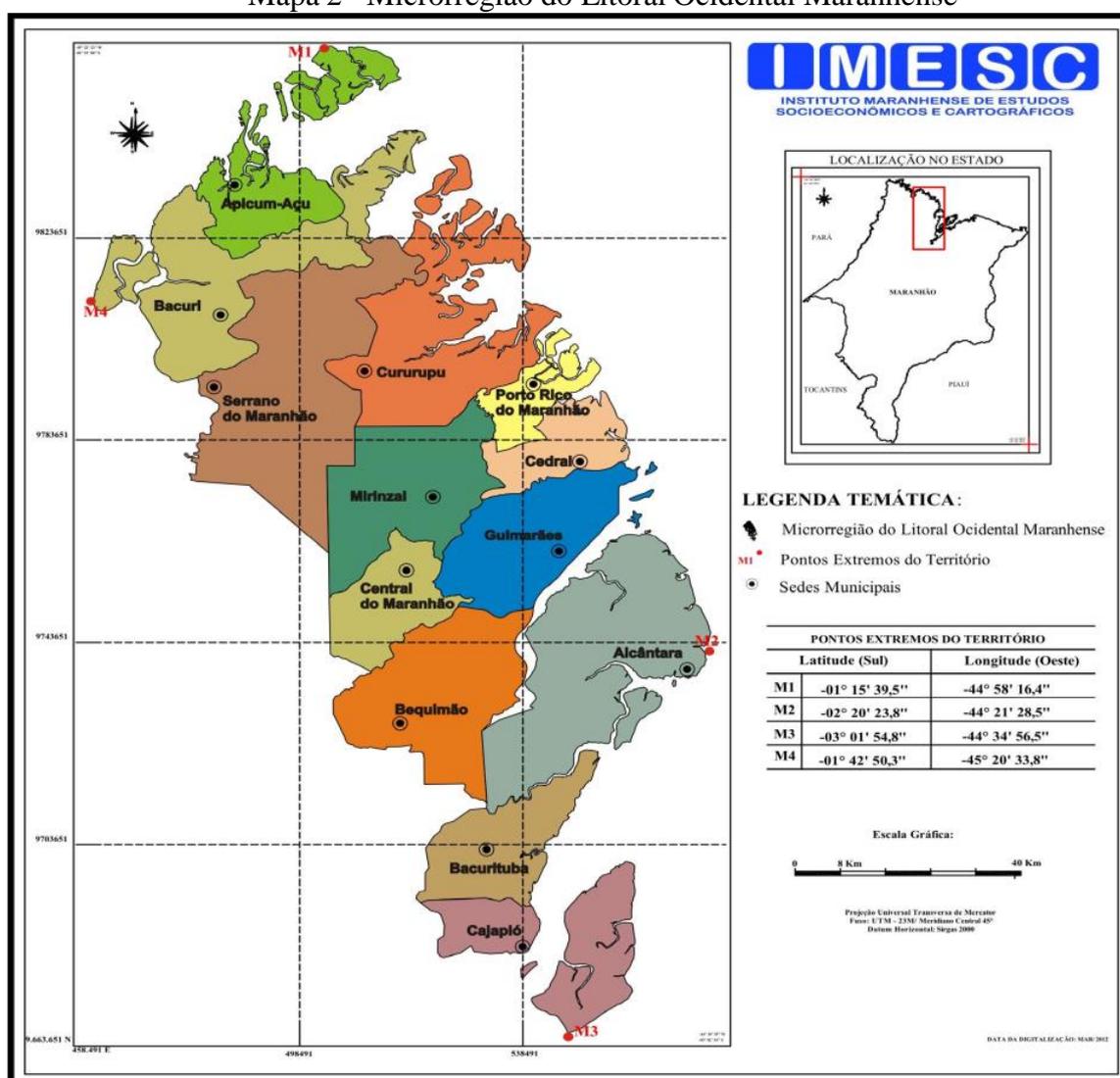
Fonte: IBGE, 2013; IMESC, 2013

A Microrregião Geográfica do Litoral Ocidental Maranhense (Mapa 2) é parte da Amazônia Maranhense (AB' SABER, 2001), localiza-se na porção Norte do Estado do Maranhão, entre as coordenadas: Norte: $-01^{\circ}15'39,5''$ de latitude e $-44^{\circ}58'16,4''$ de longitude,

Oeste: $-45^{\circ}20'33,8''$ de longitude e $-01^{\circ}42'50,3''$ de latitude, Sul: $-03^{\circ}01'54,8''$ de latitude e $-44^{\circ}34'56,5''$ de longitude e Leste: $-44^{\circ}21'28,5''$ de longitude e $-02^{\circ}20'23,8''$ de latitude (IMESC, 2012, p. 19).

Limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico, a Oeste com as Microrregiões Geográficas do Gurupi e da Baixada Maranhense; ao Sul com a Microrregião Geográfica da Baixada Maranhense e a Leste com as Microrregiões Geográficas de Rosário e da Aglomeração Urbana de São Luís (IMESC, 2012, p.19).

Mapa 2 - Microrregião do Litoral Ocidental Maranhense



Fonte: IBGE, 2001; IMESC, 2012.

Apesar das modalidades de governança não obedecerem exatamente a delimitação dada pelas microrregiões, a escolha se deu pelos dados já apontados em trabalhos

anteriores (CARVALHO, 2015) que afirmavam a dificuldade da formação das modalidades no contexto maranhense.

- Exportações

Classifica-se como exportações os bens e serviços que são produzidos em cada país, e em seguida, são vendidos e enviados a clientes de outros países. O Brasil se destaca como um dos maiores exportadores de *commodities* (café, açúcar, soja, minério de ferro, carne bovina, alumínio), tais produtos representam cerca de 25% das exportações do país (IPEA, 2000) e o Maranhão também faz parte desse setor de exportação, sobretudo por produtos como soja e minério de ferro.

Contudo, o que se exporta na Baixada e Litoral Ocidental Maranhense ainda é bem incipiente, de acordo com o Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (Alice Web), dos 21 municípios presentes na Baixada Maranhense nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014, apenas as cidades de Igarapé do Meio e Peri Mirim apresentaram índices de exportação, já o Litoral Ocidental Maranhense encontra-se sem nenhuma exportação nos anos propostos para análise, tal como é apontado nos quadros abaixo.

Quadro 03: Exportações dos municípios da Baixada Maranhense

Municípios	2002			2006			2010			2014		
	US\$ FOB	Peso Líquido (k)	Quantidade	US\$ FOB	Peso Líquido (k)	Quantidade	US\$ FOB	Peso Líquido (k)	Quantidade	US\$ FOB	Peso Líquido (k)	Quantidade
Anajatuba - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arari - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bela Vista do Maranhão - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conceição do Lago Açu - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cajari - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Igarapé do Meio - MA	0	0	0	0	0	0	543.499	175.099	0	0	0	0
Matinha - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monção - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Olinda Nova do Maranhão - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Palmeirândia - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedro do Rosário - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Penalva - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Peri Mirim - MA	0	0	0	0	0	0	0	63.551	0	0	160.000	0
Pinheiro - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Presidente Sarney - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Helena - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Bento - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São João Batista - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Vicente Ferrer - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Viana - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vitória do Mearim - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Organizada pelo autor com base no Alice Web.

De acordo com o Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (Alice Web), nos anos de 2002 e 2006 não houve exportações na região, acredita-se que, pelo

trabalho realizado em campo, esse fato ocorre porque muitas desses municípios não têm suas atividades regulamentadas, dessa forma, tal problema dificulta o desenvolvimento dos mesmos.

Como se apresenta no quadro acima, Peri-Mirim dispõe alguns índices de exportação nos de 2010 e 2014, embora não se tenha conhecimento do produto de exportação apontado, entrevistas (realizadas em 2018 e 2019) revelaram que, com o apoio do SEBRAE, o município tem desenvolvido atividades econômicas voltadas a apicultura no município, onde estava sendo construído o Centro de Referência em Meliponicultura, com financiamento do Banco do Brasil. Contudo, ainda segundo o gestor de projetos do SEBRAE - regional de Pinheiro, Breno Soeiro, o centro de referência em mel encontrava-se parado devido a questões legislativas, mas estava em tentativa de legalização.

O município de Igarapé do Meio apresenta forte potencialidade no setor de frigoríficos, tendo na cidade um polo da rede de frigoríficos Fribal, o mesmo estabelece políticas que visam a exportação da carne para outros países, possivelmente o responsável pela exportação no ano de 2010.

Quadro 04 : Exportações municípios do Litoral Ocidental Maranhense

Municípios	Exportações - Litoral Ocidental											
	2002			2006			2010			2014		
	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quant.	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quant.	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quant.	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quant.
Alcântara – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Apicum-Açu – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bacuri – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bacurituba – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bequimão – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cajapió – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cedral – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Central do Maranhão – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cururupu – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guimarães – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mirinzal – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto Rico do Maranhão – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serrano do Maranhão – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Organizada pelo autor com base no Alice Web.

Conforme o quadro 04, que retrata as exportações no Litoral Ocidental Maranhense, os municípios citados não apresentam dados de exportação nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014. Ainda assim, Morais (2018) destaca que a região detém um vasto potencial em

atividades relacionadas à pesca, tal potencialidade abre espaço para questionamentos sobre o ganho monetário que os municípios podem viabilizar através da comercialização do pescado, todavia a falta de fiscalização e investimentos na área dificultam o aprimoramento dessa potencialidade, e assim o fortalecimento da comercialização local e a realização de exportações. De todo modo, Morais (2018) esboça alguns entraves que condicionam o baixo índice de exportações na região.

Percebe-se a necessidade de fazer uma investigação mais aprofundada para se saber o motivo de dados tão insignificantes em uma região com muitas possibilidades, mensura-se que pode estar havendo uma camuflagem para driblar impostos ou algo semelhante ou, ainda, que há um quantitativo de serviços muito grande que ainda estão na clandestinidade, de modo que impossibilitam os seus rastreios, serviços estes que não significam que são ilegais, mas que, por terem natureza artesanal ou de subsistência, não disponibilizam documentos legais por não serem formalizados. Logo se devem criar ou ampliar políticas que atuem para a especialização desta mão-de-obra e para a formalização dos mesmos, para que possam ser exportados de forma legal (MORAIS, 2018, p. 8).

Diante do exposto pelo autor, percebe-se que a região do Litoral Ocidental Maranhense perpassa por sérios problemas relacionados a gestão das suas potencialidades, diante disso torna-se extremamente necessário a formulação de políticas públicas para regularização da atividade pesqueira, evitando assim o uso irregular do potencial e o fortalecimento do comércio local.

Em meio aos dados citados notou-se a precariedade de alguns municípios no quesito exportação nas duas microrregiões avaliadas. Dentre os municípios verificou-se que muitos deles apresentam forte atuação em atividades como agricultura, piscicultura e apicultura, por exemplo, no entanto tais atividades ainda não têm o devido amparo dos órgãos públicos para o seu pleno desenvolvimento, ficando restrito à subsistência e abastecimento (que poderia ser classificado como precário) do mercado interno, demonstrado na inexistência de produtividade voltada ao mercado externo. Simultaneamente a isso é necessário que o poder público denote investimentos e políticas públicas para a ampliação destas atividades presentes na região.

- Importações

As importações dizem respeito aos gastos que as pessoas, governo, empresas de um país ou entidades que não se encaixam nestas definições, têm para obter bens e serviços (alimentos, combustíveis, minérios, veículos, equipamentos, etc.) produzidos em outros países

e que são trazidos daqueles países. Ou seja, a quantidade de bens e serviços que são produzidos no exterior e adquiridos pelas pessoas, empresas e governos locais.

Ao analisar os municípios da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense constatou-se um insignificante quantitativo de importações nas regiões. De acordo com o Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (Alice Web), dos 21 municípios presentes na Baixada Maranhense, somente nos anos de 2006 e 2014, dois municípios apresentaram índices de importação. Já o Litoral Ocidental Maranhense não apresenta dados de importação nos anos propostos para análise (quadros 05 e 06).

Quadro 05: Importações dos municípios da Baixada Maranhense

Municípios	2002			2006			2010			2014		
	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quantidade	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quantidade	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quantidade	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quantidade
Anajatuba - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arari - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bela Vista do Maranhão - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conceição do Lago Açu - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cajari - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Igarapé do Meio - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matinha - MA	0	0	0	406.810	725	1	0	0	0	0	0	0
Monção - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Olinda Nova do Maranhão - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Palmeirândia - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedro do Rosário - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Penalva - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Peri Mirim - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pinheiro - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Presidente Sarney - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Helena - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14.201	26.786	1.288
São Bento - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São João Batista - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Vicente Ferrer - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Viana - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vitória do Mearim - MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Organizada pelo autor com base no Alice Web.

De acordo com o Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (Alice Web) no ano de 2002 os municípios presentes na região não apresentaram índices de importação. Nos anos de 2006, o município de Matinha apresenta índices de importações, quantitativo esse que não foi revelado nas pesquisas em campo. É importante destacar que o município dispõe de um potencial turístico se destacando nos seguimentos ecológico, rural, urbano, cultural e religioso. Esse potencial é destacado pela mídia, tal como apresenta o G1 Maranhão relacionando atividades como a piscicultura, o que pode conduzir a imaginarmos que a importação de materiais pode estar vinculada a esse criadouro.

Dentre eles, destaque para a produção de peixe em cativeiro que ajudou a transformar a vida nas comunidades na zona rural do município de Matinha, a 222 km de São Luís.

Com orientação adequada e muito trabalho, em 10 anos, a produção pulou de 60 para duas mil toneladas de pescado por ano (g1.globo.com/ma/maranhao/2017).

Outro município que apresenta índices de importação é o município de Santa Helena, no ano de 2014. Buscando informações para desvendar tais dados, foi possível verificar que o SEBRAE atua com grande expressão na cidade, estabelecendo parcerias com empresários, lhes dando amparo para melhoramento de sua produção, em áreas como a agricultura e a piscicultura (segundo entrevista realizada em 2018 com o representante do Sebrae, Breno Soeiro).

Assim como os dados de exportação, os dados relacionados a importação seguem zerados na microrregião do Litoral Ocidental Maranhense, nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014 (quadro 06).

Quadro 06: Importações municípios do Litoral Ocidental Maranhense

Municípios	Importações - Litoral Ocidental											
	2002			2006			2010			2014		
	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quant.	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quant.	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quant.	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	Quant.
Alcântara – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Apicum-Açu – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bacuri – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bacurituba – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bequimão – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cajapió – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cedral – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Central do Maranhão – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cururupu – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guimarães – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mirinzal – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto Rico do Maranhão – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serrano do Maranhão – MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Organizada pelo autor com base no Alice Web.

A partir dos escritos de Moraes (2018), pode-se refletir os baixos índices de importação e exportação na microrregião estudada, de todo modo, a falta de investimentos e políticas públicas gera uma série de entraves, já que os municípios são cada vez mais dependentes de recursos advindos do governo federal, apresentando dificuldades para impor propostas de

arrecadação. Nessa conjectura, investimentos nas potencialidades poderia injetar melhores condições no comércio local e no desenvolvimento da região.

Tais quadros se atêm a questões históricas da gestão maranhense, que cria dependências ao invés de relações saudáveis às instâncias. Destaca-se uma problemática: se esta região não exporta, ou seja, não tem insumos para venda exterior, ela produz apenas para subsistência ou com uma fragilizada relação comercial, com mão-de-obra, muitas vezes, artesanal ou pouco qualificada. Vê-se, assim, que se devem implantar políticas para aguçar o mercado da regionalidade, uma vez que isso gerará emprego e competitividade no mercado, que são passos para o crescimento econômico e para o desenvolvimento local (MORAIS, 2018, p. 9).

Como visto, os índices de exportação e importação apresentam os mesmo entraves, de tal modo que a análise da balança comercial, na maior parte dos municípios, não teria dados significativos, visto também que somente municípios isolados realizaram exportações e importações na região da Baixada Maranhense, já no Litoral Ocidental em ambos os setores não obtivemos resultados, de todo modo, como já analisado esses baixos índices refletem em políticas desarticuladas, falta de investimentos nas regiões e fiscalização das potencialidades dos municípios.

Visto a precariedade nos dados relacionados aos quesitos exportação e importação, Carvalho (2015) sinaliza questões relevantes sobre o Maranhão e suas desigualdades intrarregionais, que podem refletir na negatividade dos dados na microrregião estudada.

Acredita-se que algumas especificidades contribuem para tal lógica: a) o Maranhão é um estado marcado historicamente pelo desenvolvimento de suas forças produtivas de forma subordinada ao capital exterior; b) o estado está enquadrado na região Nordeste, região com políticas direcionadas a “romper” com sua situação de “inferioridade” regional; c) seu território possui grandes empresas exportadoras e baixo PIB; d) seu contexto político é marcado por um grupo hegemônico que governou o estado por décadas (CARVALHO, 2015, p. 25).

As reflexões nos conduzem à problemática da mútua dependência do Maranhão de políticas públicas desarticuladas que não propiciam o desenvolvimento plural do estado, além disso, o mesmo é marcado por grandes desigualdades econômicas e sociais que dificultam investimentos em muitos setores, o que conduz à avaliação de outros dados quantitativos, como o Produto Interno Bruto (PIB).

- Produto Interno Bruto

O PIB é o produto ou valor adicionado gerado no território econômico, de um país ou região, por residentes. A renda gerada na produção ou valor é obtida por saldo entre o valor da

produção e consumo intermediário (IPEA, 1996). Dentre o Estado, região ou município, encontramos diversas atividades econômicas que contribuem para cálculo do PIB, atividades essas denotadas de Valor Adicionado (VA). Segundo Carvalho (2015), o VA exerce influência direta no crescimento econômico e social, uma vez que abrange os três setores econômicos: agropecuária, indústria e serviços, e esses são os principais responsáveis pela economia local de cada região.

Visto os aspectos que abrangem o PIB, destacaremos uma análise para os PIBs de 2002, 2006, 2010 e 2014 nas microrregiões da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense, conforme os quadros 07 e 08.

Quadro 07: Produto Interno Bruto dos municípios da Baixada Maranhense

PIB-Baixada Maranhense					
MUNICÍPIOS	2002				
	Agro	Indústria	Serviços	Impostos	PIB
Anajatuba	13285,911	2228,216	16361,92	452,381	32328,426
Araná	9028,427	3108,846	22931,94	984,668	36053,885
Bela Vista do Maranhão	4140,329	1096,62	7285,76	128,386	12651,095
Cajari	10082,043	1189,596	10254,61	234,961	21761,208
Conceição do Lago-Açu	8768,097	1069,23	8454,674	312,003	18604,004
Igarapé do Meio	4220,192	1003,169	6956,088	218,86	12398,309
Matinha	7939,302	2115,959	16665,7	595,272	27316,228
Monção	20266,163	2444,257	19425,8	489,947	42626,168
Olinda Nova do Maranhão	7856,761	952,632	8271,209	180,038	17260,64
Palmeirândia	8424,731	1805,688	14038,8	431,141	24700,363
Pedro do Rosário	6127,882	1747,935	12772,74	195,159	20843,72
Penalva	19659,516	3004,462	23345,73	686,484	46696,194
Peri Mirim	4622,386	1273,238	9942,2	255,332	16093,156
Pinheiro	19567,734	9183,256	79824,78	5248,2	113823,966
Presidente Sarnes	7065,769	1323,216	10168,19	205,1	18762,275
Santa Helena	7093,831	5913,03	26319,96	854,966	39181,791
São Bento	6068,087	3500,358	26377,29	1159,49	37105,228
São João Batista	9984,754	1864,124	14459,22	405,152	26713,248
São Vicente Ferrer	6635,079	1794,663	11427,34	372,158	20229,242
Viana	14709,521	4818,984	38522,46	1980,42	60031,388
Vitória do Mearim	9633,089	3869,743	27289,38	1015,23	41807,437
Total	205179,604	55307,221	410095,8	16405,348	686987,971

MUNICÍPIOS	2006				
	Agro	Indústria	Serviços	Impostos	PIB
Anajatuba	24653,842	4357,038	30207,667	840,952	60059,499
Araná	15307,826	5702,296	33954,987	1771,045	56736,154
Bela Vista do Maranhão	6336,399	1983,768	13775,823	328,076	22423,066
Cajari	17123,682	2220,214	18034,125	437,339	37815,36
Conceição do Lago-Açu	16926,936	1974,597	14736,489	407,181	34045,203
Igarapé do Meio	8824,31	27949,523	19211,079	4476,012	60460,924
Matinha	11654,609	4251,877	28127,265	857,963	44891,714
Monção	28907,476	4637,348	32463,162	706,724	66714,71
Olinda Nova do Maranhão	10034,613	1756,456	13356,664	537,317	25685,05
Palmeirândia	10870,736	3279,603	22042,715	541,517	36734,57
Pedro do Rosário	9988,34	3729,276	26309,495	450,111	40487,222
Penalva	26969,261	5721,354	40776,32	997,742	74463,677
Peri Mirim	6791,552	2411,111	16738,866	489,314	26429,843
Pinheiro	33119,26	18008,921	141892,351	10390,61	203411,14
Presidente Sarnes	8959,843	2616,581	17633,199	458,662	29668,285
Santa Helena	13511,038	7494,392	42654,329	1702,506	65362,265
São Bento	8465,472	7255,586	48774,41	2305,472	66800,94
São João Batista	19076,322	3533,42	22541,972	578,678	45730,392
São Vicente Ferrer	9058,667	3316,575	18741,422	717,857	31834,521
Viana	33491,476	9545,268	65734,076	4164,089	112934,909
Vitória do Mearim	17755,389	8066,409	47048,261	1955	74825,059
Total	337836,048	129811,613	714753,677	35113,167	1217514,503

MUNICÍPIOS	2010				
	Agro	Indústria	Serviços	Impostos	PIB
Anajatuba	24183	4428	52270	1555	82435
Araná	30.683	5.078	73.080	3.144	111.985
Bela Vista do Maranhão	7933	1717	30284	1252	41186
Cajari	13.931	1.496	35.060	746	51.233
Conceição do Lago-Açu	13.225	1.882	36.227	971	52.305
Igarapé do Meio	8.097	31.893	35.883	5.269	81.142
Matinha	14823	3173	49524	1981	69502
Monção	30.292	2.930	60.086	1.341	94.648
Olinda Nova do Maranhão	9.038	1.549	27.733	832	39.152
Palmeirândia	13.391	2.315	39.144	1.300	56.150
Pedro do Rosário	11864	2222	47142	941	62169
Penalva	18.665	3.951	71.741	1.714	96.071
Peri Mirim	6.713	1.443	26.157	816	35.129
Pinheiro	27.996	20.001	356.840	43.430	447.266
Presidente Sarnes	25.667	2.783	39.615	1.064	69.129
Santa Helena	19.090	3.803	87.152	3.242	113.287
São Bento	8879	5137	102592	5137	121744
São João Batista	8.081	1.439	34.613	918	46.052
São Vicente Ferrer	16108	2855	47501	1409	67873
Viana	33.158	13.596	128.301	9.347	184.402
Vitória do Mearim	23.475	6.213	78.505	3.531	110.723
Total	365292	118904	1458450	89940	2032583

MUNICÍPIOS	2014				
	Agro	Indústria	Serviços	Impostos	PIB
Anajatuba	40.928	8.652	93.745	2.115	145.440
Araná	56.019	10.082	130.324	6.490	202.915
Bela Vista do Maranhão	8.331	4.695	49.316	2.145	64.488
Cajari	22.234	2.583	60.198	1.099	86.114
Conceição do Lago-Açu	28.186	2.994	58.356	1.137	90.672
Igarapé do Meio	14.774	39.952	66.989	12.393	134.107
Matinha	23.418	6.423	88.699	4.066	122.606
Monção	42.687	5.230	110.438	2.633	160.989
Olinda Nova do Maranhão	13.118	4.132	52.701	1.903	71.855
Palmeirândia	22.919	5.114	77.263	2.522	107.818
Pedro do Rosário	15.194	4.863	98.293	1.954	120.305
Penalva	27.666	8.270	114.018	2.607	152.561
Peri Mirim	11.475	2.876	48.405	1.273	64.029
Pinheiro	52282	32310	531659	56.311	672562
Presidente Sarnes	49.693	5.736	70.520	1.675	127.625
Santa Helena	43.530	11.016	159.044	7.016	220.605
São Bento	16.284	10.096	171.126	11.839	209.345
São João Batista	13.071	3.955	82.093	1.894	101.013
São Vicente Ferrer	29.128	5.695	80.423	2.738	117.985
Viana	65.168	16.824	236.096	14.785	332.873
Vitória do Mearim	42.656	11.123	143.752	9.239	206.770
Total	638.761	202.621	2.523.458	147.834	3.512.677

Fonte: Organizado pelo autor com base nos do IBGE (2002, 2006) e IMESC (2010, 2014)

Em 2002, os três maiores PIBs na Baixada estão nos municípios de Pinheiro, Viana e Penalva. Pinheiro por sua vez, destaca-se com o maior PIB da região e com melhores índices no setor de serviços e indústria, Penalva apresenta melhores índices no VA agropecuária e Viana destaca-se com o VA de indústria. Em contrapartida a isso, os três menores são: Peri

Mirim, Bela Vista e Igarapé do Meio. Os demais municípios apresentam uma acentuada diferença entre os PIBs todos eles com melhores índices nos VAs de Agropecuária e Serviços.

Em 2006 os municípios da microrregião denotam uma notória crescente em todos os setores, Pinheiro destaca-se com o melhor PIB da microrregião, seguido por Viana e Vitória do Mearim, os piores PIBs estão nos municípios de Peri Mirim, Olinda Nova do Maranhão e Bela Vista. Nessa conjectura é válido ressaltar o município de Igarapé do Meio, o mesmo no de 2002 ocupava a penúltima posição no VA de indústria e em 2006 o município passa a ocupar a primeira posição neste setor.

No ano de 2010 os municípios que decorrem os melhores PIBs são os municípios de Pinheiro, Viana e São Bento, e os menores estão nos municípios de Peri Mirim, Olinda Nova e Bela Vista, exatamente os mesmos municípios do período anterior. Neste ano, Viana apresentou o maior VA no setor agropecuário, Pinheiro o maior VA no setor de serviços e Igarapé do Meio o maior VA no setor da indústria. Tal crescente no setor de indústria pode ser correlacionado com os dados de exportação do município, onde o mesmo segundo pesquisas realizava exportações através da rede de frigoríficos Fribal.

Então, de acordo com os dados dos PIBs, o município de Pinheiro apresenta o maior PIB na região, nos quatros anos propostos para análise, todavia os municípios de Viana, Vitória do Mearim, São Bento e Santa Helena também denotam índices diferenciados dos demais municípios. Por outro lado, nos municípios de Bela Vista, Peri Mirim e Olinda Nova, decorrem os piores índices na região. De tal forma é notório que as atividades que contribuem com mais ênfase para soma do PIBs, estão voltadas aos setores da agropecuária e dos serviços.

Por setor, segundo o Imesc (2014), do PIB Estadual, o setor da agropecuária foi a atividade que registrou o maior crescimento real (de 9,6%) em 2014. Quanto sua participação, o setor representa 10,8% do Valor Adicionado total do maranhense. Na Baixada Maranhense os municípios de Santa Helena, Pinheiro e Viana, destacam-se com atividades voltadas para a pesca e aquicultura.

No setor da indústria, o município de São Luís dispõe dos melhores índices do Estado, já na Baixada o município de Igarapé do Meio denota o melhor índice da região, entretanto é cabível mencionar que há uma redução no VA indústria de 0,70% em 2013 para 0,33% em 2014. Dessa forma o município decaiu da 6ª posição no ranking do setor e passou a ocupar o 23º lugar em 2014.

O setor de Serviços se obtém com o menor crescimento no Estado, apresentando um volume de (1,4%). Na Baixada, Pinheiro é município que apresenta o melhor índice neste setor.

Quadro 08: Produto Interno Bruto dos municípios do Litoral Ocidental Maranhense

PIB - LITORAL OCIDENTAL											
2002						2006					
MUNICÍPIOS	Agro	Indústria	Serviços	Impostos	PIB	MUNICÍPIOS	Agro	Indústria	Serviços	Impostos	PIB
Alcântara	13.967,64	2.576,67	17.861,48	616,48	35.022	Alcântara	14.092,99	5.689,73	27.588,92	1.602,40	48.974
Apicum-Açu	4.411,07	1.128,57	7.779,51	192,86	13.512	Apicum-Açu	8.234,01	2.382,09	17.098,43	406,31	28.121
Bacuri	2.964,87	1.578,94	11.950,46	279,76	16.774	Bacuri	5.325,70	2.904,51	20.696,00	493,62	29.420
Bacurituba	3.216,00	520,41	4.932,14	128,70	8.797	Bacurituba	3.977,16	926,31	6.789,82	212,66	11.906
Bequimão	5.903,88	2.016,44	12.878,23	440,55	21.239	Bequimão	13.812,61	3.441,24	20.813,53	749,35	38.817
Cajapió	3.458,97	1.003,31	7.825,68	200,01	12.488	Cajapió	5.404,82	1.833,93	11.754,48	445,77	19.439
Cedral	3.436,46	1.128,02	7.783,05	276,54	12.624	Cedral	7.470,63	2.138,47	14.095,43	399,44	24.104
Central do Ma	963,43	714,38	5.044,57	120,39	6.843	Central do Ma	1.635,52	1.528,02	9.663,52	308,38	13.135
Cururupu	10.497,44	3.857,47	28.447,66	933,29	43.736	Cururupu	19.446,12	7.536,74	49.649,05	1.788,88	78.421
Guimarães	3.777,88	1.113,97	8.933,70	265,46	14.091	Guimarães	6.825,29	2.599,29	16.197,70	906,63	26.529
Mirinzal	1.483,50	1.796,64	12.459,16	493,94	16.233	Mirinzal	2.813,98	2.894,39	16.029,93	723,60	22.462
Porto Rico	4.606,46	735,47	5.879,16	156,81	11.378	Porto Rico	9.662,95	1.273,85	8.396,24	262,47	19.596
Serrano do Ma	4.329,24	683,21	5.905,99	113,35	11.032	Serrano do Ma	7.873,88	862,26	7.042,12	278,35	16.057
Total	63.016,83	18.853,48	137.680,78	4.218,15	223.769	Total	106.575,64	36.010,82	225.815,17	8.577,84	376.981
2010						2014					
MUNICÍPIOS	Agro	Indústria	Serviços	Impostos	PIB	MUNICÍPIOS	Agro	Indústria	Serviços	Impostos	PIB
Alcântara	8.582,00	5.291,00	43.764,00	2.263,00	59.900	Alcântara	16.111,00	7.482,00	76.439,00	2.571,00	102.603
Apicum-Açu	6.043,00	1.396,00	30.284,00	907,00	38.630	Apicum-Açu	15.984,00	3.106,00	67.968,00	2.342,00	89.400
Bacuri	4.282,00	1.804,00	36.314,00	1.004,00	43.404	Bacuri	9.413,00	3.940,00	71.910,00	1.905,00	87.168
Bacurituba	2.758,00	658,00	11.777,00	345,00	15.538	Bacurituba	3.648,00	1.362,00	22.202,00	733,00	27.945
Bequimão	9.707,00	2.304,00	43.162,00	1.074,00	56.247	Bequimão	15.678,00	3.193,00	67.298,00	1.701,00	87.870
Cajapió	4.352,00	1.063,00	21.902,00	641,00	27.958	Cajapió	6.839,00	1.642,00	32.854,00	806,00	42.141
Cedral	6.050,00	1.116,00	21.397,00	706,00	29.269	Cedral	14.259,00	1.831,00	37.698,00	819,00	54.607
Central do Ma	3.238,00 ↓	863,00	16.485,00	562,00	21.148	Central do Ma	5.000,00	1.702,00	28.898,00	680,00	36.280
Cururupu	15.502,00	4.361,00	85.699,00	3.595,00	109.157	Cururupu	38.797,00	6.383,00	126.343,00	6.283,00	177.806
Guimarães	8.302,00 ↓	1.497,00	25.009,00	955,00	35.763	Guimarães	18.859,00	2.648,00	39.910,00	844,00 ↓	62.261
Mirinzal	3.222,00 ↓	2.408,00	34.309,00	1.390,00	41.329	Mirinzal	5.340,00	3.236,00	54.933,00	2.067,00	65.576
Porto Rico	3.892,00	864,00	15.372,00	462,00	20.590	Porto Rico	7.850,00	1.263,00	21.938,00	524,00	31.575
Serrano do Ma	5.871,00	1.148,00 ↑	21.745,00	498,00	29.262	Serrano do Ma	7.747,00	2.298,00	41.346,00	1.013,00	52.404
Total	81.801,00	24.773,00	407.219,00	14.402,00	528.195	Total	165.525,00	40.086,00	689.737,00	22.288,00	917.636

Fonte: Organizada pelo autor, com base nos dados do IMESC, 2016.

No ano de 2002 os melhores índices do PIB, estão nos municípios de Cururupu, Alcântara e Bequimão. Bacurituba e Central do Maranhão apresentam os índices mais baixos da microrregião. De todo modo, o município de Cururupu se destaca na região com os melhores Valores Adicionados no setor de Indústria e serviços, Alcântara se destaca com o melhor VA em Agropecuária.

Em 2006, os municípios apresentam uma crescente em todos os setores, Cururupu estabelece-se como o município com melhores índices no PIB, seguido por Alcântara e Bequimão. Central do Maranhão e Bacurituba apresentam os piores índices, com um pequeno crescimento para Central do Maranhão ocupando neste ano a penúltima posição na microrregião.

No ano de 2010 os municípios que apresentam os melhores índices no PIB são Cururupu, Alcântara e Bequimão, já os municípios que apresentam os piores índices são Central do Maranhão, Porto Rico e Bacurituba. Neste ano é cabível salientar que os municípios obtiveram uma queda comparada com os resultados de 2006, no setor da agropecuária e da indústria. Com exceção dos municípios de Central do Maranhão, Guimarães e Mirinzal, que mantiveram o crescimento na agropecuária e o município de Serrano do Maranhão na indústria.

Em 2014 os municípios denotam uma crescente considerável comparados com os anos anteriores, os municípios de Cururupu, Alcântara e Apicum Açú, são as cidades que apresentam os melhores índices no PIB. Central do Maranhão, Porto Rico e Bacurituba detém os índices mais baixos na região. Dentre esta análise é relevante destacar o setor de serviços, já o mesmo configura-se em todos os anos como principal fonte de renda dos municípios. Moraes (2018), delinea fatores que contribuem para tal:

O setor de serviços é o que denota mais rendimento em todos os anos e em todas as cidades, sendo Cururupu a que mais se destaca. Um dos fatores proeminentes para tal dado é evidenciado pela quase que unânime economia fincada nos serviços públicos, oferecidos pelas prefeituras, dada a falta ou o pequeno contingente privado na região, o que acaba sendo prejudicial para o próprio município, pois muitos gestores ocupam o funcionalismo público a mais do que podem arcar, o que acarreta dois outros problemas, desvios de verbas e o uso da disponibilização do emprego por votos em épocas de eleição (MORAIS, 2018, p. 10).

Paralelo aos fatores citados o autor ainda esclarece que o comércio atribui grande expressividade no setor de serviços, através de pequenas empresas e lojas como, Paraíba, Noroeste e Brasil Lojas. Tais serviços contribuem consideravelmente para a geração de empregos de grande parte da população. A partir do cálculo do PIB exposto no quadro 08, nos

anos de 2002, 2006, 2010 e 2014, percebeu-se que os municípios de Central do Maranhão, Porto Rico e Bacurituba contabilizaram os piores índices da microrregião. Em contrapartida os municípios de Cururupu, Alcântara e Bequimão, destacam-se com os melhores índices.

Fazendo um comparativo entre as duas microrregiões estudadas percebeu-se que as mesmas apresentaram similaridades no cálculo do PIB, ambas denotam melhores índices nos setores de agropecuária e serviços, refletindo assim forte dependência dos municípios em empregos advindos das prefeituras e do comércio da região, além disso, as microrregiões demonstram forte potencial em atividades primárias como; piscicultura, apicultura e agricultura, como visto em pesquisas de campo, as mesmas necessitam de mais investimentos para viabilizarem melhores resultados. No setor de indústria, tanto a Baixada quanto o Litoral Ocidental Maranhense demonstram baixa produtividade.

- Índice de Desenvolvimento Municipal

De acordo com o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), o Índice de Desenvolvimento Municipal - IDM é uma publicação anual cujo principal objetivo é servir de suporte para o diagnóstico das realidades locais, ao fornecer indicadores socioeconômicos para os 217 municípios maranhenses. A elaboração do IDM também tem a finalidade de subsidiar a formulação, monitoramento e avaliação de políticas e programas sociais, bem como de auxiliar o estabelecimento das prioridades quanto à alocação dos recursos públicos e privados (IMESC, 2010, p. 2).

O IDM é um índice sintético que compreende 50 indicadores e subdivide-se em dois grandes grupos, o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) que, por sua vez, são formados por sete dimensões (três no IDE e quatro no IDS) as quais são compostas pelos 50 indicadores – a quantidade de indicadores varia de acordo com a dimensão. Nesta perspectiva, o IDM atua como peça fundamental para que se tenha uma visão mais precisa das realidades locais (IMESC, 2010, p. 2).

Desta forma, com base nos dados do IMESC, será feita uma análise das microrregiões da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense, denotando as cidades com maior e menor IDMs. De acordo com o IMESC, O IDM de 2010 foi dividido em quatro classes, com intervalos de $\frac{1}{4}$ do Índice, onde os melhores índices estão na classe 1 e os piores na classe 4, como se pode observar nos quadros 09 e 10.

Quadro 09: Índice de Desenvolvimento Municipal, ranking, classe, Índice de Desenvolvimento Econômico, Índice de Desenvolvimento Social e população residente, Baixada Maranhense - 2010

Município	IDM	Ranking	Classe	IDE	IDS	Pop. Residente
Anajatuba	0,284	172°	3	0,210	0,383	25.291
Arari	0,405	31°	3	0,317	0,517	28.488
Bela Vista do Maranhão	0,304	143°	3	0,215	0,431	12.049
Cajari	0,284	171°	3	0,220	0,368	18.338
Conceição do Lago-Açu	0,286	169°	3	0,236	0,347	14.436
Igarapé o Meio	0,264	196°	3	0,237	0,293	12.550
Matinha	0,331	106°	3	0,312	0,351	21.885
Monção	0,251	204°	3	0,241	0,261	31.738
Olinda Nova do Maranhão	0,287	166°	3	0,254	0,325	13.181
Palmeirândia	0,267	192°	3	0,214	0,334	18.764
Pedro do Rosário	0,237	208°	4	0,195	0,289	22.732
Penalva	0,255	199°	3	0,218	0,298	34.267
Peri Mirim	0,303	147°	3	0,266	0,344	13.803
Pinheiro	0,458	18°	3	0,431	0,486	78.162
Presidente Sarney	0,220	214°	4	0,217	0,224	17.165
Santa Helena	0,281	174°	3	0,221	0,357	39.110
São Bento	0,281	175°	3	0,223	0,354	40.736
São João Batista	0,304	145°	3	0,224	0,413	19.920
São Vicente Ferrer	0,231	212°	4	0,199	0,267	20.863
Viana	0,344	85°	3	0,279	0,426	49.496
Vitória do Mearim	0,363	66°	3	0,277	0,474	31.217
Total	6,24			5,206	7,542	564.191

Fonte: Organizado pelo autor de acordo com os dados do IMESC, 2010

Seguindo esta ordem, a Baixada Maranhense apresenta índices na classe 4, com os seguintes municípios: Presidente Sarney, Pedro do Rosário e São Vicente Férrer, classe esta que dispõe dos piores IDM do Estado. Na classe 3 estão presentes os demais municípios da região, tal classe é preponderante em todo Estado, totalizando 195 municípios com índice médio (de 0,337). A classe 2 não apresenta nenhum município da Baixada, englobando apenas 9 municípios do Estado. Por fim na classe 1 não existe nenhum município.

De acordo com os dados citados nota-se que a região apresenta IDMs considerados inferiores na escala proposta, desta forma é necessário que os gestores de cada município trabalhem estabelecendo políticas públicas para conseguir elevar tais índices.

Visto que o IDM se divide em dois grupos, Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS). Será aqui estabelecida uma análise desta modalidade na Baixada Maranhense.

Segundo o IMESC o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) é constituído pelas dimensões: Índice de Infraestrutura (INF); Índice de Qualificação da Mão de Obra e Produtividade (IQMP); e Índice de Produção Municipal (IPM). Já o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) é constituído pelas dimensões: Índice do Nível de Saúde (INS); Índice do Nível de Educação (INE); Índice de Serviços Básicos (ISB); e Índice de Meio Ambiente (IMA) (IMESC, 2010, p. 13).

Os municípios presentes na Baixada Maranhense apresentam dados baixos em relação ao (IDE). Pinheiro (com 0,431), Arari (com 0,317) e Matinha (com 0,312) são os municípios que se destacam com maior IDE na microrregião, em contrapartida os municípios de Pedro do Rosário (com 0,195), São Vicente Férrer (com 0,199) e Palmeirândia (com 0,214) são os municípios que apresentam os menores índices, os demais municípios mantêm uma média entre 0,200 e 0,230.

É válido ressaltar que a disparidade entre os municípios se mostra bem acentuada, a diferença entre o maior, Pinheiro, e menor, Pedro do Rosário, é de 0,236. Portanto, com base nestes dados, notou-se a precariedade dos municípios em relação ao IDE e suas dimensões, dessa maneira se mostram necessárias ações dos gestores municípios que privilegiem o desenvolvimento desta modalidade.

Diferentemente dos índices de IDE, os índices de IDS se apresentam com uma melhor distribuição na microrregião, dessa maneira os municípios que se destacam com os melhores índices são: Arari (com 0,517), Pinheiro (com 0,486) e Vitória do Mearim (com 0,474). Os municípios com os piores desempenhos são: Presidente Sarney (com 0,224), Monção (com 0,261) e São Vicente Férrer (com 0,267), os demais municípios apresentam o seu IDS com uma mediana de 0,387. De tal forma esses dados demonstram que o IDS, apesar de melhor que o IDE, ainda precisa passar por um longo processo para atingir melhores índices na educação, saúde, serviços básicos e ambientais.

Quadro 10: Microrregião do Litoral Ocidental: Índice de Desenvolvimento Municipal, ranking, classe, Índice de Desenvolvimento Econômico, Índice de Desenvolvimento Social e população residente, segundo os municípios – MA 2010

MUNICÍPIOS	IDM	Ranking	Classe	IDE	IDS	População
Alcântara	0,330	107°	3	0,252	0,433	21.851
Apicum-Açu	0,342	88°	3	0,285	0,411	14.959
Bacuri	0,326	114°	3	0,254	0,419	16.604
Bacurituba	0,313	132°	3	0,243	0,404	5.293
Bequimão	0,332	104°	3	0,327	0,338	20.344
Cajapió	0,303	146°	3	0,213	0,432	10.593
Cedral	0,353	75°	3	0,287	0,434	10.297
Central do Maranhão	0,248	205°	4	0,187	0,328	7.887
Cururupu	0,367	60°	3	0,284	0,474	32.652
Guimarães	0,346	82°	3	0,260	0,461	12.081
Mirinzal	0,358	70°	3	0,301	0,425	14.218
Porto Rico do Maranhão	0,385	43°	3	0,332	0,446	6.030
Serrano do Maranhão	0,299	152°	3	0,258	0,345	10.940
Total	4,302	***	***	3	5	183.749

Fonte: Organizado pelo autor de acordo com os dados do IMESC, 2010.

No Litoral Ocidental todos os municípios estão na classe 3, com exceção de Central do Maranhão, que fica com classe 4, sendo que dos 217 municípios maranhenses, apenas outros

13 comungam do mesmo título nesse período, enquanto a classe 3, possui 195 outros municípios, com índice médio de 0,337.

Dentre os municípios cabe destaque para o município de Porto Rico, a cidade dispõe do melhor IDM da microrregião com 0,385, seguido pelos municípios de Bequimão (com 0,327) e Mirinzal (com 0,301). Os municípios que apresentam os piores índices são: Bacurituba (com 0,234), Cajapió (com 0,213) e Central do Maranhão (com 0,187).

Ao analisar o índice de desenvolvimento econômico dos municípios, constatou-se que o município de Porto Rico do Maranhão, com uma população estimada em 6.030 habitantes, apresenta o melhor índice (com 0,332). Segundo Moraes (2018), o número de habitantes não reflete em melhores índices, Bacurituba com a população estimada em 5.293 habitantes e Cururupu com 32.652 habitantes apresentam índices inferiores.

No índice de desenvolvimento social os municípios da microrregião apresentam melhores resultados comparados com o índice de desenvolvimento econômico. Cururupu (com 0,474) e Porto Rico do Maranhão (com 0,461) se destacam com os melhores índices. Em contrapartida, Central do Maranhão denota o pior índice da região, o município ainda se destaca negativamente com um dos piores IDMs do estado ocupando 205ª posição no ranking Maranhense.

De acordo com os dados do IMESC (2010), as microrregiões da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense apresentam baixos índices de Desenvolvimento Municipal, no entanto apesar das diferenças entre as regiões serem assimétricas é válido ressaltar que o Litoral Ocidental Maranhense denota melhores índices se comparado com a Baixada Maranhense. O Litoral possui IDM de 0,356, ocupando a 22ª posição no ranking maranhense, estando na classe 3, com IDE de 0,282 e IDS de 0,448. Já a Baixada Maranhense destaca-se negativamente com o pior IDM do Estado, calculado em 0,310, ocupando a última posição no ranking maranhense, a 32ª posição, estando na classe 3 com IDE de 0,32 e IDS de 0,416. De todo modo, a diferença entre os IDMs das microrregiões é bem acentuada, refletindo assim a precariedade das cidades das regiões, necessitando cada vez mais de políticas públicas descentralizadas que contemplem o desenvolvimento das mesmas.

- Análises das Ocupações

Os quadros de estabelecimentos formais apresentados à frente seguem a classificação do IBGE, diferenciando-se de acordo com o contexto do número de empregados, dada a divisão

entre micro, pequena, média e grande empresa. É importante destacar que as classificações são diferentes na relação do porte entre os setores de indústria e comércio/serviços, vinculados ao número de empregados, por isso os setores aparecem organizados em quadros distintos.

Assim, segue-se a classificação de acordo com o IBGE, para o setor de comércio e serviços: micro: até 9 empregados; pequena: de 10 a 49 empregados; média: de 50 a 99 empregados; grande: mais de 100 empregados. Para o setor da indústria: micro: com até 19 empregados; pequena: de 20 a 99 empregados; média: 100 a 499 empregados; grande: mais de 500 empregados. Segue o quadro 11 apresentando as ocupações nos setores de comércio e serviços e o quadro 12 apresentando a ocupação no setor da indústria:

Quadro 11: Ocupações nos setores de comércio e serviços na Baixada Maranhense

Ocupações do Baixada Maranhense Classificação do porte das empresas																				
MUNICIPIOS	Serviços e Comercio																			
	ANO																			
	2002					2006					2010					2014				
	Micro	Pequena	Média	Grande	Total	Micro	Pequena	Média	Grande	Total	Micro	Pequena	Média	Grande	Total	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Anajatuba	11	0	0	0	11	15	0	0	0	15	10	11	0	0	21	20	26	0	0	46
Arari	21		0	0	21	27	0	0	0	27	22	25	0	0	47	63	72	0	0	135
Bela Vista do	2	0	0	0	2	8	0	0	0	8	8	0	0	0	8	20	0	0	0	20
Ma-Cajari	4	0	0	0	4	4	0	0	0	4	8	0	0	0	8	6	0	0	0	6
Conceicao do Lago-Acu	1	0	0	0	1	3	0	0	0	3	5	0	0	0	5	11	0	0	0	11
Igarape do Meio	1	0	0	0	1	7	0	0	0	7	11	0	0	0	11	20	0	0	0	20
Matinha	8	0	0	0	8	21	0	0	0	21	13	11	0	0	24	40	16	0	0	56
Moncao	5	0	0	0	5	7	0	0	0	7	14	0	0	0	14	20	20	0	0	40
Olinda Nova	2	0	0	0	2	6	0	0	0	6	12	0	0	0	12	22	0	0	0	22
Palmeirandia	4	0	0	0	4	6	0	0	0	6	10	0	0	0	10	21	0	0	0	21
Pedro do Rosario	1	0	0	0	1	2	0	0	0	2	6	0	0	0	6	9	0	0	0	9
Penalva	8	0	0	0	8	13	0	0	0	13	12	12	0	0	24	33	34	0	0	67
Peri Mirim	4	0	0	0	4	2	0	0	0	2	6	0	0	0	6	14	0	0	0	14
Pinheiro	75	12	73	0	160	81	34	93	0	208	88	71	0	115	274	21	144	0	129	294
Presidente Sarney	1	0	0	0	1	5	0	0	0	5	7	0	0	0	7	18	0	0	0	18
Santa Helena	19	0	0	0	19	18	0	0	0	18	18	14	0	0	32	43	74	0	0	117
Sao Bento	18	15	0	0	33	21	20	0	0	41	34	26	0	0	60	70	54	0	0	128
Sao Joao Batista	7	0	0	0	7	6	0	0	0	6	8	0	0	0	8	24	0	0	0	24
Sao Vicente Ferrer	12	0	0	0	12	12	0	0	0	12	19	0	0	0	19	13	0	0	0	13
Viana	41	39	0	0	80	47	45	0	0	92	68	69	0	0	137	83	136	74	0	293
Vitoria do Mearim	22	10	0	0	32	25	10	0	0	35	10	28	0	0	38	58	59	0	0	117
Baixada Maranhense	267	76	73	0	416	336	109	93	0	538	389	267	0	115	771	629	635	74	129	1471

Fonte: Organizado pelo autor com base dos dados do IBGE.

No setor de comércio e serviços (Quadro 11), o município de Pinheiro contabiliza os números mais elevados de empregados na região, entretanto, Viana, Vitória do Mearim, São Bento e Arari, também aparecem em destaque diante do cenário local. Tais cidades decorrem

de melhores índices no comércio varejista, atividade esta que se mostra preponderante em toda região. Dentre as empresas, as micro aparecem em destaque, compactuando os maiores índices de empregados e com uma tendência crescente no contexto geral. De todo modo, o número de empregados em grandes empresas é simplório. Dentre os anos propostos para análise, apenas Pinheiro detém empregados nesta modalidade, em 2014 o município de Pinheiro aparece com 129 empregados no comércio varejista.

Quadro 12: Ocupações no setor da Indústria na Baixada Maranhense

Ocupações do Baixada Maranhense																				
Classificação do porte das empresas																				
MUNICIPIOS	indústria																			
	ANO																			
	2002					2006				2010				2014						
	Micro	Pequena	Média	Grande	Total	Micro	Pequena	Média	Grande	Total	Micro	Pequena	Média	Grande	Total	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Anajatuba	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	2	0	0	0	2
Arari	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	1	0	0	0	1
Bela Vista do	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Ma-Cajari	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conceicao do Lago-Acu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Igarape do Meio	0	0	0	0	0	3	1	0	0	1	0	2	0	0	2	3	0	0	0	10
Matinha	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	2	0	0	0	2	3	0	0	0	3
Moncao	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Olinda Nova	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Palmeirandia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1
Pedro do Rosario	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Penalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Peri Mirim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pinheiro	10	0	0	0	10	12	0	0	0	12	10	0	0	0	10	7	0	0	0	7
Presidente Sarney	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Helena	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1
Sao Bento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	3	0	0	0	3
Sao Joao Batista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sao Vicente Ferrer	2	0	0	0	2	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Viana	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	5	0	0	0	5	5	0	0	0	5
Vitoria do Mearim	2	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Baixada Maranhense	16	0	0	2	16	20	1	0	0	18	25	2	0	0	27	29	0	0	0	39

Fonte: organizada pelo autor com Base nos dados do IBGE

Já as atividades industriais (Quadro 12) exerceram pouca expressão na região da Baixada Maranhense, nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014, só se contabiliza atividades em microempresas, dessa forma não se obtém atividades empresariais nas pequenas, médias e grandes empresas. O município de Pinheiro evidencia o maior índice de empregados nas atividades empresariais, muitas dessas empresas estão voltadas à fabricação de imóveis, alimentos e confecção de roupas.

De forma geral, a Baixada Maranhense revela um cenário de elevadas desigualdades intrarregionais, com municípios que variam de 6 empregos a outros com 294 empregos no setor de comércio e serviços e no setor de indústria aqueles municípios que não aparecem com nenhum posto de emprego até o que possui 10 empregos, revelando também que são índices bem baixos.

A relação é apresentada com índices ainda mais negativos na microrregião do Litoral Ocidental Maranhense, tal como apontado nos quadros 13 e 14. Nos quadros, só são apontados os municípios que apresentam algum índice, justificando os que não são listados.

Quadro 13: Ocupações do Litoral Ocidental Maranhense dividindo as empresas de acordo com os portes: Micro, Pequena, Média e Grande.

Municípios	Setor de Comércio e Serviços																			
	ANO																			
	2002					2006					2010					2014				
	Micro	Pequena	Média	Grande	Total	Micro	Pequena	Média	Grande	Total	Micro	Pequena	Média	Grande	Total	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Alcântara	13	0	0	1	14	11	2	0	1	14	25	3	0	1	29	48	0	0	2	50
Apicum-Açu	0	0	0	0	0	2	0	0	1	3	2	0	0	1	3	4	2	0	1	7
Bacuri	4	0	0	0	4	4	1	0	1	6	8	2	0	1	11	14	4	0	1	19
Bacurituba	2	0	1	0	3	0	0	0	1	1	4	0	0	1	5	9	1	0	1	11
Bequimão	7	0	0	1	8	12	1	0	1	14	17	0	0	1	18	51	0	0	0	51
Cajapió	2	0	0	1	3	3	0	0	1	4	3	0	0	1	4	7	0	0	1	8
Cedral	6	0	0	0	6	5	1	0	0	6	5	0	0	1	6	5	0	0	1	6
Central	1	0	1	0	2	1	0	0	1	2	3	0	0	1	4	6	0	1	0	7
Cururupu	22	2	1	1	26	30	3	1	1	35	33	2	2	1	38	64	6	1	1	72
Guimarães	5	0	0	1	6	7	0	0	1	8	6	1	0	1	8	17	0	0	1	18
Mirinzal	7	0	0	0	7	9	0	0	1	10	16	1	0	1	18	26	2	1	1	30
Porto Rico	1	0	0	1	2	1	0	0	1	2	2	0	0	1	3	2	0	0	1	3
Serrano	0	0	1	0	1	1	0	0	1	2	2	0	0	0	2	6	0	0	1	7
Litoral Ocidental	70	2	4	6	82	86	8	1	12	107	126	9	2	12	149	259	15	3	12	289

Fonte: Organizado pelo autor de acordo com os dados do IBGE.

Ao analisar o setor de comércio e serviços (Quadro 13) é possível constatar que os municípios apresentam um maior contingente de empresas em seu território com destaque para presença de micro e pequenos negócios. De todo modo o município de Cururupu apresenta os maiores índices da região, seguidos por Alcântara, Bequimão e Mirinzal.

A microrregião do Litoral Ocidental Maranhense apresenta desigualdades no número de empregos por município, no setor de comércio e serviços há cidades que apresentam de 72 empregos a outras com apenas 6. No setor de indústria este número diminui bruscamente com uma variação de 0 a 2 empregos na microrregião demonstrando assim a necessidade de mais investimentos para o aprimoramento destes setores.

Quadro 14: Ocupações do Litoral Ocidental Maranhense dividindo as empresas de acordo com os portes: Micro, Pequena, Média e Grande.

MUNICÍPIOS	Setor de Indústria																			
	ANO																			
	2002					2006					2010					2014				
	Micro	Pequena	Média	Grande	Total	Micro	Pequena	Média	Grande	Total	Micro	Pequena	Média	Grande	Total	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Cururupu	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	3	0	0	0	3	1	0	0	0	1
Guimarães	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mirinzal	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Litoral Ocidental	2	0	0	0	2	2	0	0	0	2	3	0	0	0	3	2	1	0	0	3

Fonte: Organizado pelo autor de acordo com os dados do IBGE.

Com base no Quadro 14, nota-se que é bem inexpressivo a quantidade de indústrias presentes na microrregião, dos anos propostos para análise apenas três municípios contabilizam empresas em seus territórios, com destaque para o município de Cururupu, que apresenta um maior número de indústrias. Morais (2018) aponta aspectos relevantes para o frágil número de indústria presente na microrregião estudada:

Pode-se notar a predisposição das indústrias na região que é quase nula, pressupõe-se que seja devido à localização, uma vez que estas empresas optam por estar perto de seu local de distribuição, vinculadas à disposição de matéria prima na mesma localidade. Não possuindo esses atributos, cabe ao governo fomentar políticas para chamar atenção das mesmas. Contudo, deve-se tomar cuidado para a síntese de possíveis zonas de enclave, que se constituem em locais que apenas sugam a região onde se alojam, não fazendo diferença significativa no desenvolvimento econômico da cidade (MORAIS, 2018, p. 16).

Assim como sinaliza o autor é fundamental que se constitua propostas coerentes para viabilizar o desenvolvimento da região, oportunizando que a gestão pública e a iniciativa privada trabalhem em prol do desenvolvimento dos municípios.

Visto a realidade das regiões estudadas, nota-se que ambas compartilham dos mesmos entraves em seus municípios, no setor de comércio e serviços, tanto a Baixada quanto o Litoral Ocidental Maranhense denotam baixos índices, com predominância de micro e pequenas empresas. No setor de Indústria a realidade apresenta um número ainda menor de unidades, alguns municípios se destacam com o maior contingente, tais como com destaque para Pinheiro e Viana na Baixada e Cururupu e Alcântara no Litoral Ocidental Maranhense, configurando o elo da hierarquia regional.

A fim de fomentar políticas públicas para o desenvolvimento da região e aprimoramento das empresas o governo do estado tem adotado medidas que viabilizam a inserção das mesmas, como é o caso da Lei nº 10.259/2015 que Institui o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado do Maranhão através do programa ‘Mais Empresas’, que tem como objetivo diversificar a matriz industrial, formar adensamentos industriais nas regiões econômicas e integrar cadeias produtivas essenciais ao desenvolvimento e à geração de emprego e renda no Estado (MARANHÃO, 2015, p. 1) prevendo a concessão de crédito e isenções fiscais.

- Organizações Cívicas

Entendem-se como organizações associativas, entidades que defendem os interesses sociais comuns de membros solidários diante da opinião pública, podendo envolver em sua dinâmica os interesses dos empregadores, de grupos de profissionais, da comunidade científica, dos empregados, de grupos religiosos, políticos, culturais, etc. Os dados a seguir consideram atividades de organizações: Empresariais e Patronais (emp.); Profissionais (prof.); Sindicais (sind.); Religiosas (rel.); Políticas (pol.) e outras atividades associativas não especificadas anteriormente (out.) enquadradas no contexto das Microrregiões da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense, como demonstra os quadros 15 e 16.

Quadro 15: Atividades de Organizações Associativas na Baixada Maranhense

Municípios	2002							2006							2010							2014													
	Emp.	Prof.	Sind.	Rel.	Pol.	Out.	Total	Emp.	Prof.	Sind.	Rel.	Pol.	Out.	Total	Emp.	Prof.	Sind.	Rel.	Pol.	Out.	Total	Emp.	Prof.	Sind.	Rel.	Pol.	Out.	Total							
Anajatuba	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ma-Arari	0	0	1	2	0	1	4	0	0	1	2	0	1	4	0	0	1	2	0	2	5	0	0	0	3	0	2	5	0	0	0	3	0	2	5
Bela Vista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1
Cajari	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1
Conceição do Lago-Açu	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1
Igarapé do Meio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1
Matinha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2	0	0	0	1	0	1	2	0	0	1	1	0	0	2	0	0	1	1	0	0	2
Monção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Olinda Nova	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2	1	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Palmeirândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1
Pedro do Rosário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Penalva	1	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2	0	0	1	1	0	0	2
Peri Mirim	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pinheiro	0	0	2	2	0	3	7	0	0	1	1	0	4	6	0	0	1	2	0	5	8	0	0	1	3	0	5	9	0	0	1	3	0	5	9
Presidente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 16: Organizações Associativas no Litoral Ocidental nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014.

Atividades de Organizações Associativas no Litoral Ocidental																													
Municípios	2002							2006							2010							2014							
	Emp.	Prof.	Sind.	Rel.	Pol.	Out.	Total	Emp.	Prof.	Sind.	Rel.	Pol.	Out.	Total	Emp.	Prof.	Sind.	Rel.	Pol.	Out.	Total	Emp.	Prof.	Sind.	Rel.	Pol.	Out.	Total	
Alcântara	0	1	1	0	0	0	2	0	1	1	0	0	0	2	0	0	2	0	0	2	4	0	0	2	0	0	1	3	
Apicum-Açu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bacuri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bacurituba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bequimão	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2	0	0	1	3	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	
Cajapió	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cedral	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	
Central	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cururupu	0	0	2	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Guimarães	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mirinzal	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	
Porto Rico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serrano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lit.Ocidental	0	1	7	0	0	0	8	0	1	6	0	0	2	9	0	0	6	0	0	2	8	0	0	5	0	0	1	6	

Fonte: Organizado pelo autor, com base nos dados da RAIS.

De acordo com Moraes (2018) no quadro geral o ano de 2006 foi o que apresentou os dados mais elevados com 9 organizações associativas (O.A.), destas sendo 2/3 preenchidos pelas organizações sindicais. Quando vistos de forma isolada vê-se que a maioria dos municípios não apresentam nenhuma O.A., destes: Apicum-Açu, Bacuri, Barcurituba, Cajapió, Central do Maranhão, Porto Rico do Maranhão e Serrano do Maranhão. Os demais, Bequimão, Cedral, Cururupu, Guimarães e Mirinzal variam entre 1, 2 e 3 de O.A. anuais, destas apenas Alcântara consegue chegar a 4 em 2010.

Pondera-se, portanto, que na região há poucos grupos civis organizados, sendo um ponto negativo para a introdução de modelos de governança, deixando a participação dos cidadãos a depender dos gestores municipais, se eles efetuarão ou não uma gestão participativa.

Ao analisar as microrregiões da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense, constata-se que as mesmas detêm diferentes dados relacionados às representatividades associativas, a Baixada Maranhense esboça seus maiores índices nas atividades religiosas. O Litoral Ocidental por sua vez, apresenta um número maior de atividades no setor sindical.

No entanto, no contexto estadual, não é a classe sindical que representa essa força quantitativa, sendo que a “maior representatividade (identificável) está nas organizações religiosas, e a menor, nas organizações políticas” (CARVALHO, 2015, p. 185). Neste cenário, ambas as regiões demonstram baixos índices de representatividades civis,

dificultando assim a inserção de políticas públicas descentralizadas e participativas, visto que as representatividades associativas são de fundamental importância para consolidação de tais políticas nas microrregiões.

3.2 Possíveis Modalidades de APLs na Baixada e Litoral Ocidental Maranhense

Com base em levantamentos feitos pelo MDIC e IPEA, Costa (2010) demonstra a política adotada pelo governo para identificar os APLs no país, o mesmo é dividido em três setores, o setor primário, articula atividades econômicas voltadas para as matérias primas, setor secundário, engloba atividades no ramo industrial e o terciário que detém atividades voltadas para seguintes áreas: turismo, serviços e comércio.

O autor delinea como estes arranjos estão presentes no cenário brasileiro:

Atualmente o levantamento aponta para a existência de 958 APLs no Brasil. Destes, 567 estão no setor primário, o que corresponde a grande maioria dos arranjos do país (59%). Noutro extremo existem apenas 47 arranjos no setor terciário, correspondendo a apenas 5% do total. No setor secundário, principal foco desta análise, existe 344 APLs, um pouco mais de 1/3 (36%), sendo que a grande maioria, respectivamente 178 (19%) e 109 (11%), enquadra-se como sendo aglomerados de baixo conteúdo tecnológico e de média-baixa tecnologia. Apenas 29 aglomerados enquadram-se como sendo de média-alta tecnologia e apenas 28 como sendo de alta intensidade tecnológica. Ou seja, os aglomerados de média-alta tecnologia junto com os de alta intensidade tecnológica perfazem juntos apenas 6% do total dos arranjos brasileiros (COSTA, 2010, p. 133).

De acordo com a afirmação, no Brasil, os APLs predominam no setor primário, corroborando assim com a forte produção em atividades econômicas voltadas para agricultura, a pecuária e o extrativismo vegetal, animal e mineral.

De todo modo as microrregiões da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense se projetam com os mesmos caracteres do cenário brasileiro. Todavia, assim como sinaliza Costa (2010), não há arranjo produtivo local no seu conceito pleno, mas sim potencialidades que demonstram bons indicativos para consolidação da modalidade. Assim exposto no Quadro 17.

Quadro 17: Cadeias Produtivas que englobam Municípios da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense

CADEIA PRODUTIVA	MUNICÍPIOS	PARCEIROS	GARGALOS	GOVERNANÇA
Aquicultura: Mesmo com grande potencial natural, os trabalhos apoiados pelo governo estadual seguem a	Pinheiro, Arari, Matinha	SAGRIMA, SENAR, FUMACOP, SEFAZ, SEMA, SEPE, SECTI, CODEVASF/F	Baixo atendimento às demandas de pesquisa e Inovação Tecnológica; descontinuidade e desarticulação institucional na condução das políticas públicas; inexistência de dados estatísticos de produção; condução das	Pouca organização dos produtores.

vertente do tanque em rede.		APEMA/EMBRAPA; Bancos	políticas de comando e controle.	
Orizicultura: Produção em quase todo o Estado do Maranhão, contudo, grande parte com baixa mecanização (roça de toco).	Anajatuba, Arari, Matinha, Peri-Mirim	SAGRIMA, SINDIARROZ	Falta de dados atualizados sobre a cadeia; pouca capacitação técnica; dificuldade de acesso a insumos por parte dos produtores; reduzida quantidade insuficiente de unidades de armazenamento e beneficiamento; situação precária das estradas de escoamento; falta de acesso a insumos de qualidade; falta de máquinas e equipamentos adequados; falta de regularização fundiária.	Embora tenha reduzida organização coletiva de produtores, possui Comitês municipais para o gerenciamento do maquinário entregue pelo Programa Mais Produção.
Avicultura Caipira: Produção familiar voltada para atender programas como: PAA, PNAE, PROCAF.	Cajari, Matinha, Penalva, Viana	SAF, AGERP, EMBRAPA, Banco do Brasil, AGERP, SEBRAE, IFMA, ONGs, STTR.	Pequena oferta de raças desenvolvidas para o Estado; meios de beneficiamento precários; baixos índices zootécnicos; fragilidade na assistência técnica e extensão rural contínua e especializada; má gestão das propriedades; predominância do sistema extensivo na região; falta de acesso a políticas públicas municipais e estaduais; manejo sanitário inadequado; burocracia no acesso ao crédito; ausência do SIM (Sistema Inspeção Municipal); falta de mão de obra qualificada.	Falta de organização cooperativa entre os agricultores familiares
Mandioca: Matéria para produtos com mercado consumidor bastante abrangente, com uma diversidade de variedades locais, sendo essencialmente exercida pela agricultura familiar.	Pinheiro, Anajatuba, Bequimão, Guimarães	SAGRIMA, Banco do Brasil, UEMA, EMBRAPA	Baixa produtividade; baixo valor agregado dos produtos; baixo aproveitamento de subprodutos e derivados; elevado custo de produção e processamento; predomínio do sistema queima/corte; resistência dos produtores ao uso de novas técnicas e tecnologias. falta de gestão na Unidade de produção familiar; falta de estrutura das casas de farinha; forte presença do atravessador na comercialização.	Reduzida organização coletiva dos produtores.
Mel: Produto com grande potencial para o mercado interno e externo, por sua elevada demanda.	Arari	SAGRIMA, UFMA, IFMA, STTR, Prefeituras	Mel sem certificação – SIE ou SIF (Casas de mel e entrepostos inativos e/ou com funcionamento comprometido), precariedade na organização associativa; manejo produtivo rudimentar.	Precariedade na organização associativa

Fonte: Maranhão, 2017 - organizado por Carvalho.

Notadamente, as microrregiões estudadas dispõem de várias cadeias produtivas que exercem grande influência no território. No entanto, as mesmas apresentam uma série de entraves que dificultam o aprimoramento da cadeia produtiva e assim o surgimento do APL, tais problemas podem ser percebidos na seguinte afirmação:

São os arranjos desarticulados, carentes de lideranças legitimadas. Falta integração entre as empresas, o poder público e a iniciativa privada e uma visão mais ampla para o empresariado. Não há centros de pesquisa ou de profissionalização que poderiam contribuir para elaborar/implementar novos processos produtivos (CASTRO, 2009, p. 8).

Nesse contexto, no Maranhão, não existem comitês gestores para arranjos produtivos. O que existem são Câmaras Técnicas Setoriais das Cadeias Produtivas, implantadas no âmbito da SAGRIMA que atuam como Fórum de discussões sobre a atividade produtiva da

cadeia. Sua composição, em grande parte é de representantes de organizações governamentais. O destaque se faz para a Câmara Técnica Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz que foi composta a partir de um fórum vinculado ao sindicato dos produtores de arroz.

Não se pode considerar que há arranjos produtivos operantes a partir das cadeias produtivas. O grande problema seria o desconhecimento sobre a estratégia dos APLs. Assim, no ano de 2018, a SAF estava trabalhando na implantação de Colegiados de Desenvolvimento Local ou Colegiados Territoriais, para permitir maior governança do público alvo da ação.

Nesse contexto, em setembro de 2019, no II Seminário SEPAB, houve apresentações sobre a reestruturação do SEPAB, que foi aprovado pelo governo estadual, visando dar andamento à estruturação territorial do processo produtivo, tendo como foco o ano de 2020. Contudo, até o momento não houve andamento, diante das dificuldades impostas pelo corte de gastos do contexto nacional, fazendo com que houvesse uma desarticulação da Secretaria Produtiva e uma interrupção do projeto proposto. A SEPAB então está funcionando somente como instância de repartição de recursos, sem a lógica de gestão territorial.

Nota-se, portanto, que há um reconhecimento sobre a dificuldade da manutenção de organização coletiva dos produtores, enfraquecendo a possibilidade de uma estruturação da governança. Reconhecendo essas limitações, houve o estímulo à formação de Conselhos, através do CEDRUS (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário), vinculado à SAF.

A Resolução nº 05 de 06 de julho de 2017, dispõe sobre a criação, reorganização e/ou fortalecimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRS) e estabelece as condições para a homologação destas instâncias colegiadas. O colegiado Territorial deveria estar estritamente vinculado aos CMDRS.

O CEDRUS deveria estimular os municípios na criação, reorganização e/ou fortalecimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), para o aprimoramento, a confluência, a ampliação e a dinamização das atribuições e funções, evitando a dispersão e a desarticulação das ações públicas para o meio rural. Entretanto, a aplicabilidade dos arranjos diante da organização das cadeias produtivas, não encontram sua dimensão prática e operacional, tal como será destacado a seguir.

3.3 Aplicabilidade dos Arranjos Produtivos Locais na Baixada e Litoral Ocidental aranhense

Diante desta conjuntura de políticas públicas adotadas para o desenvolvimento do APL no Maranhão, as microrregiões da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense podem ser classificadas como APLs incipientes, os atores (governo, instituições privadas, sociedade civil) não conseguem realizar um diálogo fluido, dificultando assim gestões sinérgicas diante da configuração do arranjo.

Nas pesquisas de campo realizadas nas regiões, constatou-se que na ausência de conselhos para os APLs, as Secretarias Municipais de Agricultura e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, exercem tarefa central no gerenciamento dos processos produtivos, identificando as principais potencialidades dos municípios. No entanto, na maioria dos municípios, os projetos e ações adotadas pelas secretarias não conseguem contemplar o aprimoramento do APLs. De todo modo, os Quadros 18 e 19 descrevem pontos relevantes para a possibilidade de instauração dos APLs nas microrregiões estudadas.

Quadro 18: Entrevistas realizadas com representantes das Secretarias de Agricultura - Baixada Maranhense e Litoral Ocidental Maranhense

Municípios	Entrevistado	Projetos Desenvolvidos	Fluxo Orçamentário	Operacionalização e transparência	Problemas	Participação e Representação	Convergências	Discordâncias	Recursos Humanos	Percepção
BAIXADA MARANHENSE										
Arari	José Luís	Cadeias produtivas (pecuária, piscicultura, agronegócio). Possibilidades de APL (melancia, milho, hortaliças, leite, mel).	Não relatado	Não relatado	Comercialização, problemas com a adesão ao PNAE. Gargalos: inspeção, licenças, dificuldades na regularização. Problemas na base de produção.	Várias parcerias com SAF, SEBRAE e SAGRIMA (pecuária, hortaliças).	Não relatado	Não relatado	1. agrônomo, 2 técnicos agrícolas, 1 técnico administrativo, 4 agentes comunitários de produção, 5 pessoas na feira do produtor.	O entrevistado demonstra capacitação no gerenciamento da secretaria, no entanto, a mesma necessita de mais projetos para a comunidade. A secretaria abrange setores da agricultura e indústria.
Pedro do Rosário	Raimundo José Moreira Ramos	Possível modalidade de APL: Mandioca Suporte ao pequeno produtor, (maquinários e instrução técnica), também auxilia os produtos na aquisição de projetos, como PRONAF e PNAE	Recursos do FPM	Não relatado	Não relatado	Relação de parceria com STTR, Sintrafe, Colônia, Sindicato e Associação de Pescadores.	Não relatado	Não relatado	A secretaria é composta por 14 funcionários, segundo o secretário, esta quantidade não é suficiente para atender a demanda da secretaria.	Percebe-se que a secretaria ainda desenvolve projetos muito incipientes, a mesma necessita de instrução técnica para alavancar suas potencialidades e desenvolver cadeias produtivas.
Peri Mirim	Benedito Xavier Ferreira	Possível modalidade de APL: Farinha	Não relatado	Não relatado	Não relatado	Não relatado	Não relatado	Não relatado	Não relatado	A secretaria não desenvolvia um trabalho respectivo ao estudado, a mesma tem como foco atendimento ao pequeno produtor, em agendamentos com os maquinários.
Pinheiro	Marcos Antônio Alves Cabral	Possibilidades de APL (farinha e a piscicultura) se destacam como principais produções da cidade.	Não dispõe de um fluxo próprio	Os recursos adquiridos via projetos, muitos deles financiados pelo banco do Nordeste (Agro Amigo)	Vários problemas, como: problemas na aquisição do PNAE, dos 100% disponibilizados para compra dos produtos, apenas 30% são adquiridos. Além disso, falta de investimento na agricultura e falta de interesse da população em aderir ao agronegócio.	Não relatado	Não relatado	Não relatado	A secretaria dispõe de: 2 Agrônomos, 3 técnicos, 2 veterinários e 1 uma assistente social.	Percebe-se que a cidade dispõe de um alto potencial para consolidação dos APLs, no entanto, ainda falta investimento e projetos para alavancar as suas potencialidades. A mesma também ajuda o produtor com maquinários, questões logísticas e instrução para aderir a projetos financiados pelo banco e pelo governo federal.
Viana	Sabino Vicente Costa Neto	Diversos projetos, destacando a cadeia produtiva da piscicultura e o agronegócio do arroz	Não dispõe de um fluxo orçamentário próprio.	Não relatado	Principais problemas: falta de investimento na secretaria tanto na esfera municipal quanto na esfera Estadual.	Relação direta com os agricultores familiares	Dispõe de uma harmônica relação com órgãos como o STTR, AGERP e Colônia dos Pescadores, desenvolvendo trabalhos coletivos. Sagrima, SAF, Sebrae, Senar.	Não relatado	2 agrônomos, 7 técnicos agropecuários, 1 engenheiro ambiental e 1 veterinário. Os recursos humanos disponíveis não conseguem atender a demanda.	O secretário em questão demonstra está apto a exercer o cargo, no entanto, o mesmo esbarra em alguns entraves que dificultam o desenvolvimento dos projetos.
LITORAL OCIDENTAL MARANHENSE										
Alcântara	Erenaldo França Pereira	Possibilidades de APL: Farinha e milho, se destacam	Não possui um fluxo orçamentário próprio.	Não relatado	Dificuldade em atingir os 30% do PNAE devido uma baixa produção, falta de recursos para a secretaria desenvolver seus projetos e atender a população. Problemas com a	Secretaria está voltada em atender o produtor, dentre suas possibilidades, a mesma disponibiliza assistência técnica e alguns maquinários para ajudar os produtores. A secretaria	Não relatado	Não relatado	1 engenheiro Agrônomo, 3 técnico Agrícola e dois diretores, os mesmos segundo o entrevistado não são suficientes para atender as demandas do município.	Diante da entrevista percebeu-se que a secretaria realiza um trabalho bastante precário, a mesma não realiza projetos que atendam o produtor, nessa dinâmica a secretaria somente viabiliza demandas que venham de projetos

					comercialização dos produtos.	estabelece parcerias com órgãos como SEBRAE, Agerp e SITR.				do governo federal como PNAE e PAA.
Central	Edeir Sousa	Possibilidades de APL: Cachaça, produto comercializado em outras cidades. A produção de farinha também tem amplo destaque na região.	Não relatado	Não relatado	Como problema o entrevistado elencou a falta de incentivo na produção de farinha e hortaliças.	Participação na Feira dos municípios. PNAE, com a participação de 11 famílias, com produtos mistos (frango, carne bovina, hortaliças - verduras e polpas de frutas).	Não relatado	Não relatado	De acordo com o entrevistado existem dificuldades, mas os recursos humanos conseguem atender a demanda.	A Secretaria atua junto à comunidade no estabelecimento de empréstimos de infraestrutura.
Cururupu	Nena Bastos Chaves	Feirinha municipal, com produtos diversificados dos pequenos produtores, a mesma chegou a ganhar um prêmio estadual, projeto cultivo protegido. Possibilidade de APL: produção de farinha.	Recursos disponibilizados pela prefeitura e a secretaria consegue capitalizar alguns recursos.	Não relatado	Falta de estrutura, abatedores ilegais, resistência da população em aderir a novas perspectivas de criação animal.	Ssecretaria atuante, principalmente na área de projetos e atendimento ao produtor. Oferece instrução para os produtores, assessorando-os para aquisição de linhas de crédito e participação em projetos, ex: PNAE e PAA.	Não relatado	Não relatado	Recursos humanos: 2 agrônomos, 1 veterinário, 2 técnicos agrícolas e 2 coordenações. De acordo com a entrevistada, os mesmos não são suficientes para suprir a demanda da Cidade.	Secretaria batente atuante, que articula projetos e está sempre à disposição para atender o produtor. A mesma disponibiliza ajuda com questões logísticas e maquinários para os produtores, além disso busca parcerias que fomentem o desenvolvimento, dentre elas: AGED, PRONAF, BNB e Sebrae.
Mirinzal	Gilvan Nascimento Cordeiro	Possibilidade de APL, produção da farinha se configura como principal produto.	Não relatado	Não relatado	Principais entraves para comercialização dos produtos, a inexistência de uma cooperativa, outro problema corriqueiro é falta de recursos para a secretaria.	Desenvolve alguns projetos que ajudam o pequeno produtor a comercializar seus produtos: Feira da Agricultura Familiar, PAA e o PNAE. Parcerias: Sebrae e AGERP.	Não relatado	Não relatado	Os recursos humanos disponibilizados não são suficientes para suprir as demandas. Também relata que a secretaria necessita de pessoas com mais conhecimento da área, como agrônomos e veterinários.	Percebe-se que a secretaria em questão desenvolve um trabalho de ajuda ao produtor da cidade, a mesma proporciona um auxílio com maquinários, questões logísticas, e instruções para participação em projetos advindo do governo federal como PAA e PNAE.
Porto Rico	Ivaldo	Principal possibilidade de APL a produção da farinha, produção esta predominante em toda região.	Não relatado	Não existe	Não relatado	Ajuda o pequeno produtor com logística e maquinário, disponibilização de um técnico para instruir o produtor em seu plantio, inserindo-o em programas advindos do governo federal, como o PNAE.	Não relatado	Principais reclamações: maquinários indisponíveis ao pequeno produtor, por falta de recursos básicos.	5 funcionários – insuficiente para a demanda.	De acordo com a entrevista percebeu-se que a secretaria perpassa por muitos entraves, que vão desde a falta de projetos à escassez de recursos para funcionalidade plena da mesma.

Fonte: Pesquisa de campo

As entrevistas com as Secretarias de Agricultura da Baixada Maranhense e do Litoral Ocidental Maranhense (Quadro 18) foram realizadas com dez municípios, dos dezoito visitados. Nos restantes não foram obtidos dados: Anajatuba, Bela Vista, Cajari, Igarapé do Meio, Matinha, Monção, Olinda Nova, Palmeirândia, Penalva, Presidente Sarney, Santa Helena, São Bento, São Vicente Ferrer, Vitória do Mearim, Apicum–Açu, Bacuri, Bacurituba, Bequimão, Cajapió, Cedral, Guimarães e Serrano, geralmente por não encontrarmos os representantes das secretarias.

O primeiro aspecto a ser destacado é que nenhum dos municípios questionados afirma que possuía um trabalho efetivo com APL e que a maioria tem como produção central e potencialidade para o arranjo, a mandioca, sobretudo a farinha como derivado. Contudo, tal produção é feita com pouca tecnologia e não poderia ser configurada como algo específico, uma vez que não há diferenciação do produto diante de outras produções.

A falta de conselhos de APL que é diretamente relacionada a agricultura é um fator preocupante, isso não se dá pela falta de produtos em comum, mas pelo déficit de organização e talvez informação para os agentes que da agricultura se beneficiam. Produtos como mandioca e seus derivados foram recorrentes na maioria dos municípios estudados, dentre outros que apesar de serem citados em menor quantidade também têm potencial de APL. Há, também, produtores organizados em outras linhas produtivas, como é o caso do mel em Peri Mirim, que possui estrutura em construção e já possui marcas para o produto.

Quase todas as secretarias não possuem fluxo orçamentário próprio, o que acaba dificultando muito o trabalho. Contudo, notamos diferenças nos discursos de secretários, que podem ser destacados em dois extremos: a) a falta de orçamento ocasionaria a consequente falta de trabalho na secretaria; b) a falta de orçamento seria motivo para a busca do mesmo através de projetos que possibilitassem a capitalização da secretaria.

Os maiores problemas relatados são vinculados à aquisição de produtos através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e à falta de investimentos no setor agrícola. De forma geral, o trabalho desenvolvido pelas Secretarias de Agricultura, estão relacionados ao auxílio aos pequenos produtores, através do empréstimo de maquinários e a realização de cursos. Neste ponto, deve-se considerar, também, a insuficiência dos recursos humanos das mesmas.

De todo modo é perceptível que as atividades estão voltadas para o setor agrícola, mesmo com a frágil configuração dos APLs, algumas medidas são adotadas para o fortalecimento dessas atividades, como é esclarecido na entrevista com o secretário de

agricultura do município de Arari, “temos uma parceria com a SAGRIMA através do Programa Mais Produção, que trabalha com cadeias produtivas. A cadeia produtiva trabalhada aqui em Arari é a da pecuária leiteira, da piscicultura e do arroz”. Dessa forma é fundamental que os atores propiciem o desenvolvimento e aprimoramento dessas cadeias que podem facilmente se tornar APLs contribuindo assim para a economia local.

Já no caso dos Sindicatos, mais especificamente os STTRs dos municípios que não aparecem no Quadro 19, Anajatuba, Bela Vista do Maranhão, Cajari, Conceição do Lago-Açu, Igarapé do Meio, Matinha, Monção, Olinda Nova do Maranhão, Presidente Sarney e Vitória do Mearim, da microrregião da Baixada, juntamente com Apicum-Açu, Bacuri e Bequimão do Litoral Ocidental, foram os locais em que não foram possíveis a visitação. Enquanto em São João Batista e São Vicente Férrer da Baixada e Bacurituba, Central do Maranhão, Guimarães e Porto Rico do Maranhão do Litoral Ocidental foram visitados sem possibilidade de entrevista ou por encontrarem-se fechados ou por não terem sido encontrados. Deste modo, segue a sistematização das entrevistas aos STTRs visitados:

Quadro 19 - Entrevistas realizadas com representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - Baixada Maranhense e Litoral Ocidental Maranhense

Municípios	Parcerias	Conflitos	Renda/ Venda Comunitária	Demandas / Necessidades	Produção	Fundação /Nº Sócios
Arari	Parcerias com a secretaria de produção do município, sendo deixada até mesmo a distribuição das sementes sobre o encargo deles. SEBRAE e SENAR auxiliam na produção de peixe (redondos), em estudo para a produção de camarão.	Problemas latifundiários e ambientais (agrotóxicos e gado bubalino).	Feira organizada pela prefeitura (sábados).	Kits de irrigação que não são suficientes e capacitação técnica.	Feijão, arroz, milho, mandioca, melancia (deixando de ser predominante por causa de doença).	1968/ ± 3000 sócios
Palmeirândia	IFMA	Comodismo de alguns trabalhadores	Feira no sindicato (seg a sab)	Maquinários Poços (água)	Milho, Arroz, Mandioca, Melancia, Feijão e Hortaliças	1973/ ± 4.000 sócios
Pedro do Rosário	Parcerias de cursos através da prefeitura com o SENAR e SEBRAE, cursos pelo governo do estado.	Não há conflitos entre os associados. A não disponibilização dos maquinários da Prefeitura é um problema.	Feira (segundas), mais 3 mesas junto com a prefeitura em outros locais.	Transporte/ maquinários	Não relatado	1997/ ± 5000 sócios
Penalva	Atualmente a secretaria fornece alguns maquinários	Conflitos indígenas	Realizavam feiras anteriormente, hoje, não mais	Demandam áreas para a produção.	Mandioca, Arroz, milho, feijão, melancia, abobora, banana, peixe	1972/ ±15000 sócios
Peri Mirim	SEBRAE (Capacitação)	Não existem	Venda Direta Feiras (AGRITEC)	Equipamentos (trator)	Mandioca (farinha) Milho Arroz	1975/ ? sócios

					Feijão Mel (possível APL)	
Santa Helena	SEBRAE (Capacitação). A parceria com o poder público é apenas teórica (sentam para conversar, mas não há projetos). Parceria com o Banco do Nordeste para Crédito de Criações.	Conflitos agrários entre os agricultores, limites de terras invadidos, animais que invadem roça e estragam o plantio.	Já teve feira do sindicato. Atualmente tem feira do município uma vez por mês.	Maquinário próprio	Mandioca (farinha) Milho Melancia Feijão	1971/ ±2300 sócios
São Bento	SENAI/SENAC/ SEBRAE	Não existem	Feira (as quintas) Sec. Agr. Familiar	Água	Feijão/milho/ arroz	2008/ ± 3.000 sócios
Viana	IFMA Prefeitura através de projetos/ terras devolutas	Não existem	A prefeitura faz as feiras e vendem para PAA-PNAE	Organizar documentações dos associados	Farinha, Arroz, milho e feijão	1971/ ± 7000 sócios
Alcântara	<ul style="list-style-type: none"> •Poucas parcerias •Buscam parcerias com instituições que norteiam legalmente a luta pela desapropriação causada pela Base de Alcântara. •Parceria com a Sec. Agricultura (diálogos/ reuniões), mas não com o governo. 	Conflitos nas tomadas de decisão O desmanche do governo federal é visto como negativo e a persistência como positivo.	Feira 1/mês (os associados ainda não se acostumaram, produtores de outros municípios participam).	Equipamentos de maquinários Cursos de Capacitação Formação política	A produção é 90% utilizada para subsistência. Farinha Hortaliças	1971/ ± 8732 sócios
Cajapió	Sem relação com a Sec. Agr. (não é disponibilizado o maquinário que possui)	Não relatado	Começam a organizar sua própria feira	Falta de incentivo (maquinário)	Mandioca/ milho/ arroz/ Macaxeira/ batata/ legumes Grande produtor de Queijo (duvida se é da colônia)	Ano não relatado/ ± 1000 sócios
Cedral	Capacitação SEBRAE: liderança/ empreendedor FETAEMA: Formação política SENAR: Peixes, hortas, artesanato, farinha...	Pontos negativos: Movimento enfraquecido, perseguição política. conseguiram organizar no gov Lula e veio piorando do gov Dilma/Temer Pontos positivos: Luta política	Tinha feira, mas não tem mais (não expõe produtos).	Precisa de infraestrutura (trator, plantadeira, arado), terra. Antes Cred-fundiário (levantamento de terras legalizadas ou não - INCRA/ ITERMA - não resolveram nada.	Mandioca (Farinha – vendida por atravessadores) , tapioca/ milho/ quiabo/ maxixe/ feijão/ arroz/ macaxeira/ melancia	1973/ ± 3800 sócios
Cururupu	Distanciamento por divergências político-partidárias. SEBRAE: já teve, mas está distante AGERP: parceria de capacitação de manejo IEMA: participação em chamada pública	Não tem	Feira da agricultura (uma vez por mês).	Não relatado	Mandioca Trabalho de diversificação da produção: hortaliças/ galinha caipira/ suíno	1973/ ± 8000 sócios
Mirinzal	Secretaria de Agricultura: a disponibilidade de documentar terras devolutas	O sindicalista percebe o trabalho até mesmo na	Possuía feira pequena parada.	Renda insuficiente, maquinário	Mandioca, hortaliças	1973/ ± 4000 sócios

	aos associados, oferece maquinário, recebem sementes juntos, mas dividem suas porções. Sec. Agr. e o STTR dividem o mesmo prédio que é do segundo. SEBRAE CAPACITAÇÃO manejo e produção.	infraestrutura do sindicato (maior prédio dentre os entrevistados). Pontos negativos: Sócios inadimplentes.		próprio. Os associados demandam mais: aposentadoria, salário materno e auxílio doença.		
Serrano do Maranhão	Sem parceria com a prefeitura, não disponibilização dos maquinários Mais IDH é parceiro.	Conseguir coisas com a prefeitura. Pontos positivos: tudo dialogado	Possui feira mensal fez um feijoal coletivo do sindicato	Patrulha mecanizada	Mandioca (Farinha) milho/ quiabo/ maxixe/ feijão/ macaxeira	1997/ ± 4923 sócios

Fonte: Pesquisa de campo.

Dentre as categorias de entrevistas realizadas (Quadros 18 e 19), as efetivadas com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STTRs (Quadro 19) foi a mais representativa, sendo que treze sindicatos responderam nossos questionamentos. Um ponto de destaque nessa análise, é que é possível notar similaridades na atuação de todos os sindicatos, sobretudo no sistema financeiro, de arrecadação e contribuição sindical, sendo que a arrecadação feita é repartida entre STTR, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA).

Grande parte dos sindicatos foi fundado na década de 1970 e tem uma organização baseada no acompanhamento ao pequeno produtor, vinculado à agricultura familiar, com grande produção para a subsistência e comercialização local ou em áreas do entorno. Os produtos são comercializados em feiras próprias ou organizadas pelas prefeituras, sendo, na maioria: mandioca, arroz, feijão, milho, hortaliças, melancia e mel.

Internamente, a maioria dos sindicatos alega não ter conflitos entre seus associados. Contudo, há demandas que precisam ser sanadas, tendo como necessidade central a falta de maquinários e equipamentos para a produção.

Para uma boa produção fica claro como as parcerias entre o poder público e o sindicato são importantes nesse processo, a falta de maquinário dos sindicatos é um bom exemplo do enunciado pois são disponibilizados pelo primeiro quando o tem, de modo que a falta destes recursos coloca muitas vezes a produtividade ao acaso da natureza, como se pode ver na fala do entrevistado:

“Principalmente Cururupu mesmo, caiu muito a produção de arroz, quase inexistente... É uma questão muito difícil pra gente porque as pessoas foram ensinadas a plantar na roça no toco, nesse formato ainda hoje, pela ausência de maquinário há dificuldade muito grande de se fazer o produtor que é mais fácil fazer

uma horta de quiabo e maxixe do que fazer uma roça para eu esperar um ano a seis meses para me dar um resultado, vive basicamente dependendo do clima quando choveu beleza, se chover demais vai morrer, se chover de menos não produz”
(Entrevista STTR Cururupu - 23.07.2019)

Reforçando isto, outro entrevistado (em 30.11.2018) do STTR de cidade distinta diz “Arari tem pouca terra firme no inverno grande”. Logo, as terras produtivas ficam alagadas e se repete o dilema entre natureza e homem, fartura e penúria ‘caminham em uma linha tênue’ que facilmente um se conjuga no outro, tendo o próprio acaso como certeza.

Há queixa de maquinários insuficientes e em muitos casos inexistentes é constante, tratam-se de tratores, arados, roçadeiras ou até mesmo transporte próprio nos sindicatos e secretarias para trabalhos externos como locomoção de produção, busca de sementes ou para se locomoverem a eventos, reuniões e formações. Com isto, tendo em vista o grupo organizado que é o sindicato, em alguns casos emendas parlamentares são utilizadas para a compra e disponibilização de equipamentos.

As maiores parcerias estabelecidas com os STTRs são com instituições para capacitação, tais como, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural (AGERP), Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Poucos sindicatos estabelecem parcerias com as Secretarias Municipais de Agricultura. Contrariando os discursos de auxílio aos pequenos produtores, os STTRs alegam que a relação com as secretarias, quando existe, geralmente está restrita ao empréstimo de maquinários (não disponível para todos) e no auxílio ao recebimento e distribuição de sementes fornecidas pelo Governo Estadual.

Por tais aspectos, a maioria dos STTRs não acredita ter representatividade nos projetos ditos participativos e nas definições em torno das discussões agrárias e agrícolas estabelecidas municipalmente, bem como não visualizam um sistema de cooperação entre os mesmos, inviabilizando sua participação na formação de APLs.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme destacou-se neste estudo, vimos que ainda faltam muitos elementos a serem pesquisados e esclarecidos sobre a referida temática, pois é isso que acontece quando se estuda a governança e suas modalidades, que abrangem variados aspectos na prerrogativa de analisar regiões, localidades, tentando debater teorias e tipologias conceituais. Dessa maneira procurou-se analisar estes estudos inseridos nas microrregiões da Baixada Maranhense e Litoral Ocidental Maranhense no contexto da governança territorial.

Como já visto, a governança é um processo que abrange uma multiplicidade de elementos, que visam uma gestão participativa. Diante do cenário da Baixada Maranhense e Litoral Ocidental Maranhense ficou constatado que a governança territorial se caracteriza de forma fragilizada com gestões centralizadas na administração pública, em ambas as regiões. Não obstante é perceptível a disponibilidade de recursos que podem se caracterizar como elementos presentes para a formação ou consolidação da governança, dentre eles cabe destaque para os produtos que apresentam grande potencialidade para a consolidação dos Arranjos Produtivos Locais nas microrregiões estudadas.

No âmbito das políticas públicas adotadas para o desenvolvimento dos APLs no Maranhão identificou-se propostas advindas do governo federal que não se adequaram à realidade local, causando assim certa frustração nos atores que demonstraram resistência para inserção do APL no Estado, mediante isso, o governo estadual através do programa Mais Produção focalizou suas ações nas cadeias produtivas com a prerrogativa de desenvolver as potencialidades das regiões, o que pode ser elencado como um desafio quando a ideia é a instauração do APL, visto que, as cadeias produtivas são consideradas como subsistemas do Arranjo Produtivo Local.

Diante da realidade maranhense para inserção do APL em seu território, as microrregiões da Baixada Maranhense e Litoral Ocidental Maranhense apresentam os mesmos entraves, de todo modo é cabível mencionar que tais impasses esbarram em políticas públicas desarticuladas e pela baixa instrução dos atores envolvidos nos processos decisórios, algo que pode ser visto através dos baixos ou insignificantes índices socioeconômicos (Exportação, Importação, PIB, IDM, Ocupações e Organizações Civas).

De acordo com os dados quantitativos as microrregiões estudadas apresentam índices precários em muitos setores analisados. Em relação aos índices de exportação e importação ambas as regiões apresentam dados incipientes para realização da balança comercial. Já o PIB apresentou melhores índices nos setores de agropecuária e serviços, mas ainda com uma baixa produtividade e organização nestes setores. Os dados de IDM revelam um cenário com baixos

índices sociais e econômicos, além disso, as microrregiões apresentam um dos piores IDMs no ranking maranhense. Os dados de ocupações demonstram a baixa disponibilidade de empresas nas regiões principalmente as de pequeno, médio e grande porte. As organizações civis retratam a frágil representatividade civil nas regiões e conseqüentemente a concentração dos processos decisórios na gestão pública, algo que pode ser classificado como prejudicial para formulação de políticas participativas e descentralizadas.

Deste modo é cabível mencionar que muitas das informações relatadas em pesquisa pairam pelas potencialidades dos municípios, uma vez que os municípios não sabem explicar a natureza dos dados coletados em plataformas oficiais, tais como: IBGE, Alice Web e IMESC. Um exemplo está nos dados obtidos nos setores de exportação e importação nos municípios de Peri Mirim, Igarapé do Meio, Matinha e Santa Helena, já que a gestão dos municípios desconhece esses índices. Sobre tal fato, pode-se pensar que tal problemática pode ser apontada pela inexistência de secretarias de indústria em grande parte dos municípios, algo que inibe o desenvolvimento das empresas nos territórios.

Tais dados corroboram de forma negativa para a inserção dos APLs nas microrregiões, uma vez que a consolidação do mesmo perpassa por um sistema que prospere, aglomeração de empresas, território, especialização produtiva, aprendizagem e inovação e diversidade de atores. Estes quesitos ainda não contemplam a realidade das microrregiões, de tal forma a principal potencialidade está vinculada ao setor agrário com baixa produtividade e frágil organização dos atores (sociedade civil, iniciativa privada e gestão pública). As demais áreas podem ser denotadas como inexistentes, já que a presença de empresas é bem precária.

Mediante as pesquisas realizadas na Baixada e Litoral Ocidental Maranhense, constatou-se que as microrregiões não apresentam APLs de acordo com o conceito pleno da modalidade, entretanto que a maioria das cidades do Brasil apresentam. Os municípios das microrregiões segmentam suas ações através das potencialidades presentes no território, para tanto algumas secretarias (SAGRIMA, SAF, SEINC, SEDES e SETRES) do Governo do Maranhão programam algumas medidas através das potencialidades das regiões.

No contexto das microrregiões estudadas foram expostas uma multiplicidade de cadeias produtivas, todavia as mesmas são classificadas como potenciais para instauração dos APLs, já que as mesmas não dispõem de todos os atributos para formulação do arranjo, deste modo os Arranjos Produtivos Locais das microrregiões podem ser classificados como incipientes, visto que a gestão pública e a iniciativa privada não condicionam propostas para

instauração da modalidade, para tal é necessário que os atores estejam engajados, firmando propostas que viabilizem o fortalecimento do APL.

De todo modo à gestão pública dos municípios tem suas ações regulamentadas pela Secretaria de Agricultura. Considerando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em grande parte dos municípios visitados, percebeu-se que os mesmos realizam um trabalho isolado com poucas parceiras com as secretarias, fato ocasionado devido a divergências políticas.

No geral, os projetos e propostas desenvolvidos pelos órgãos municipais caracterizam-se como incipientes, além disso, os recursos humanos não conseguem atender a demanda. A falta de investimentos também dificulta a consolidação do Arranjo Produtivo Local. As instituições privadas, por sua vez, demonstram baixa inclinação para o ramo empresarial tendo seus empreendimentos voltados para o mercado local com uma baixa produção. Nesse processo a sociedade civil tem sua participação condicionada pelas ações da secretaria e das instituições privadas, uma vez que esta interação é bem fragilizada.

De acordo com as pesquisas de campo realizadas na Baixada e Litoral Ocidental Maranhense constatamos que as microrregiões apresentam inúmeras potencialidades com predominância no setor primário, no entanto, a falta de capacitação técnica, de maquinários e equipamentos adequados, de mão obra qualificada, resistência dos produtores no uso de novas técnicas, a forte presença de atravessadores e divergências políticas entre os atores, são alguns elementos de destaque que dificultam a formação e consolidação de Arranjos Produtivos Locais nas microrregiões estudadas.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Fernanda Cunha de. **Políticas de desenvolvimento regional-territorial e governança: uma análise recente sobre o Estado do Maranhão (Brasil)**. 2015. 244 f. Tese - (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências.

CASSIOLATO, J. LASTRES H. E SZAPIRO, M. **Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. NT 27 – Projeto de pesquisa arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas. Rio de Janeiro 2000.

CASTRO, L. H. de. Arranjo produtivo local. Brasília: Sebrae, 2009

COSTA, Eduardo José Monteiro da.. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. 1. ed. Brasília: Mais Gráfica, 2010. v. 1. 404p

DALLABRIDA, V. R. **Território, governança e desenvolvimento territorial**: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2016.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. **Governança Territorial**: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. *Desenvolvimento em Questão*, ano 1, n. 2, jul./dez.2003, p. 73-98.

DINIZ, Eli. **Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado**: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 38, nº 3, 1995. pp. 385-415.

Enciclopédia dos Municípios Maranhenses: microrregião geográfica da Baixada Maranhense / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. – São Luís: IMESC, 2013.

Enciclopédia dos Municípios Maranhenses: microrregião geográfica do litoral ocidental maranhense / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. – São Luís: IMESC, 2012.

FUINI, L. L. A. **Governança e o Território**: reflexões sobre uma abordagem de pesquisa. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, ano XV, n. 28, p. 86-99, dez. 2013.

G1 MARANHÃO. Criadores de peixes contabilizam lucros com venda do pescado no MA. **Disponível em:** <g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2017/01/criadores-de-peixes-contabilizam-lucros-com-venda-do-pescado-no-ma.html>. Acesso em: 23 jul. 2018.

GILLY, Jean-Pierre; PECQUEUR, Bernard. La dimensión local de la regulación. In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. (org.), **Teoría de la regulación**: Estado de los conocimientos. Volume II. Argentina: Oficina de Publicaciones da CBC, 1997, p. 115124.

GONÇALVES, Arlindo. **O conceito de governança**. In: XV Congresso Nacional do CONPEDI/UEA - Manaus: Anais de Congresso. 2006.

_____. IMESC. **Índice de Desenvolvimento Municipal**: Ano 2009. v.1 (2010). São Luís: IMESC, 2010.

_____. IMESC. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão**: período 2010 a 2014. v.10. São Luís: IMESC, 2016.

MARANHÃO. **Diário Oficial do Poder Executivo do Estado do Maranhão**. Decreto nº 30.613, de 02 de Janeiro de 2015 – Regulamenta o Conselho Empresarial do Maranhão – CEMA e dá outras providências, Diário Oficial do Estado do Maranhão. São Luís, MA, 2015b.

MARANHÃO. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Índice de Desenvolvimento Municipal**: Ano 2009, v.1 (2010) – . São Luís: IMESC, 2010.

MARANHÃO. SEPAB. **Programa Mais Produção**: Relatório de Ações das Cadeias Produtivas. 2017.

MORAIS, Maciel Maique Farias. **Indicadores socioeconômicos e governança territorial: uma análise introdutória sobre a microrregião das Reentrâncias Maranhenses**. Relatório final de bolsa de Iniciação Científica, UFMA, 2018.

PIRES, E. L. S.; FUINI, L. L.; MANCINI, R. F.; NETO, D. P. **Governança Territorial: conceitos, fatos e modalidades**. Rio Claro: UNESP-IGCE: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2011.

SEBRAE. APL- Arranjo Produtivo Local. Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, Édna Rabêlo Quirino Rodrigues (orgs). Brasília: Sebrae, 2014.

TAPIA, J. R. B. **Desenvolvimento local, concertação social e governança**: a experiência dos pactos territoriais na Itália. São Paulo Perspec., vol.19, n.1. São Paulo, Jan./Mar. 2005. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000100012>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

ANEXOS

ANEXOS A

Modelo de entrevista com representante das modalidades de governança (Conselho/Arranjo/Circuito/Comitê)

- 1) Como surgiu o Conselho/Arranjo/Circuito/Comitê e por quais motivos (ano, contexto, municípios integrantes)?
- 2) Como se dá o processo de funcionamento do Conselho/Arranjo/Circuito/Comitê? Representação dos municípios, participação de entidades públicas, privadas, sociedade civil?
- 3) Há projetos recentes desenvolvidos? Quais as perspectivas futuras?
- 4) Principais problemas relacionados à operacionalização do Conselho/Arranjo/Circuito/Comitê.
- 5) Todas as entidades formalmente participantes possuem a mesma representatividade? E quanto aos municípios, há diferenças em relação à representatividade?
- 6) Tem a percepção da visão da população quanto ao trabalho do Conselho/Arranjo/Circuito/Comitê? Positiva, negativa, indiferente?
- 7) Há alguma discussão interna sobre a temática da governança?
- 8) Outras informações.

ANEXOS B

Entrevistas com representantes da Secretaria de Agricultura da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense



Secretaria de Agri Pinheiro



Secretaria de Agri Alcântara



Secretaria de Agri Central do - Ma



Secretaria de Agri Cururupe - Ma



Secretaria de Agri Pedro do Rosário



Secretaria de Agri Viana



Secretaria de Agri Arari



Secretaria de Agri Mirinzal

Entrevista com representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais



STTR Pinheiro



STTR Central do - Ma



STTR Cajapió



STTR Arari



STTR Pedro do Rosário



STTR Viana



STTR Alcântara



STTR Peri Mirim